

PROFISSÃO DE COMERCIÁRIO

Senado aprova regulamentação da categoria



13ª PLENÁRIA DA UGT

Dirigentes discutem novos rumos da Central para 2012



PROGRESSO

X

MEIO AMBIENTE

**CONSTRUÇÃO
DE BELO MONTE
E A URGÊNCIA DO
TRABALHO DECENTE**



CAPA BELO MONTE: A urgência do Trabalho Decente. Pág. 20

PROFISSÃO DE COMERCÁRIO

Senado aprova regulamentação da profissão de comerciário. Pág. 4



13ª TERCEIRA PLENÁRIA DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

A central que mais cresce no País se prepara para levar adiante as questões do mundo do trabalho através do fortalecimento do movimento sindical. Pág. 14

UGT INTEGRADA NAS AÇÕES DA SAÚDE ÚNICA 6
 UGT JOVEM NA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE 7
 UGT FAZ PARCERIA COM CENTRAL SINDICAL BELGA 8
 ARTIGO - Piso de Proteção Social (Laerte Teixeira da Costa) 9
 SINDICALISTAS PEDEM INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCOSUL 10
 APÓS PRESSÃO ZARA ASSINA TAC 11
 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS PREMIA AÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO DE RUA 12
 LADO CIDADÃO ABRE CAMINHO DA UGT DENTRO DA ONU 16
 SOCIEDADE MAIS CONSCIENTE PARA UMA RIO+20 22
 PLENÁRIAS ESTADUAIS 24
 UGT LUTA POR MAIOR ARTICULAÇÃO PARA MAIS IGUALDADE 30
 UGT FORTALECE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS 32
 BRASÍLIA RECEBE SINDICALISTAS NA HOMENAGEM À UGT 34
 POR UM BRASIL MELHOR, UGT APOIA A PREMIAÇÃO ODM BRASIL 36
 ARTIGO - O estatuto da juventude ou a lei da meia entrada (João Marcos Vidal) 39
 ENTREVISTA - De olho no futuro do Brasil (José Dirceu) 40
 OIT LANÇA ESTUDO SOBRE TRABALHO ESCRAVO 42
 ARTIGO - Greve dos bancários: uma vitória conquistada pelas beiradas 43

COMEÇANDO UMA NOVA HISTÓRIA



Em 2007, quando começamos a idealizar a construção da União Geral dos Trabalhadores (UGT), tínhamos como foco principal, que o sindicalismo brasileiro precisava encontrar novos rumos, novas alternativas, pois o que se apresentava já não empolgava mais a classe trabalhadora.

Foi então que, baseado no tripé da prática de um sindicalismo cidadão, ético e inovador, nasceu a UGT. Naquele histórico Congresso de 19 de julho de 2007, no Palácio do Anhembi, mais de 3 mil trabalhadores começaram a construir um novo sindicalismo no Brasil.

Quatro anos depois a UGT se consagra como a central sindical que mais cresce no País. Já temos mais de 1.050 sindicatos filiados e diversas federações. Somos a mais jovem central sindical do País e já ocupamos a terceira posição em número de trabalhadores representados. Estamos construindo uma nova história no sindicalismo brasileiro. Essa construção tem em seu alicerce a nossa incansável luta por uma sociedade com mais justiça social, onde a educação seja acessível a todos, e o trabalho decente vire regra e não exceção. Muitos são os desafios que nos aguardam para o próximo ano. Mas temos a convicção de que estamos trilhando o caminho certo.

Marcos Afonso de Oliveira
 Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente
 Ricardo Patah

Conselho editorial
 Antonio Carlos Reis
 Enilson Simões de Moura
 Laerte Teixeira da Costa
 Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
 Lourenço Ferreira do Prado
 José Roberto Santiago
 Davi Zaia
 Severino Ramos
 Canindé Pegado
 José Moacyr Pereira
 Francisco Pereira de Souza Filho
 Benedito Antonio Marcelo
 Arnaldo de Souza Benedetti
 Otton da Costa Mata Roma
 Marcos Afonso de Oliveira
 Valdir Vicente de Barros
 Mônica da Costa Mata Roma
 Eleuza de Cássia Buffeli Macari
 Josineide de Camargo Souza

Diretor Responsável
 Marcos Afonso de Oliveira

Jornalista Responsável
 Mauro Ramos - MTb 11.875

Edição
 Elaine Gazonni

Redação
 Fábio Ramalho
 Joacir Gonçalves
 Marco Roza
 Mariana Veltri
 Paulo Pirassol

Programação Visual e Diagramação
 Laudate

Fotos
 FH Mendes
 Arquivo da UGT



**2012:
 LIMPAR AGENDA E
 AMPLIAR CONQUISTAS**

Ricardo Patah,
 presidente nacional da UGT

No Natal e Ano Novo a classe trabalhadora brasileira comemora muito em família e se prepara para os desafios de 2012.

Como trabalhadores e cidadãos brasileiros, organizados e mobilizados em torno da União Geral dos Trabalhadores (UGT), sabemos que mesmo nas festas de fim de ano devemos nos manter atentos às nossas agendas sindicais, econômicas e políticas. Se quisermos avançar na distribuição de renda, na inclusão social e política das grandes massas trabalhadoras brasileiras.

Acompanhamos, de perto, o esforço da presidente Dilma Rousseff na sua luta contra a miséria. A redução gradual da Taxa Selic aponta para juros de um dígito no próximo ano e confirmam, para desagrado dos especuladores, que teremos em 2012 com menos transferência de renda para os cofres dos bancos e financeiras.

A crise financeira mundial, que continua sem uma solução de curto prazo, é, sim, uma ameaça concreta aos nossos empregos. Mas temos, agora, um governo que adota com rapidez medidas econômicas para proteger nosso mercado interno. Além da renúncia fiscal, precisamos em 2012 de investimentos diretos na produção e na qualificação profissional.

Sem deixar de lado as agendas

que não conseguimos emplacar em 2011, que são o Fim do Fator Previdenciário, que trará novo alento para aposentados e pensionistas e as 40 horas semanais, sem redução de salários, que significará a criação de mais de 2 milhões de novas vagas.

Participamos, entre os dias 28 de novembro e 09 de dezembro, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 17 e da 7ª Reunião das Nações Unidas sobre o Protocolo de Kyoto, onde defendemos a bandeira da sustentabilidade ambiental e a mobilização dos trabalhadores e cidadãos brasileiros no combate à degradação do planeta Terra. Estamos



A Rio+20 tem como foco a economia verde, no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, visando atingir o social, ambiental e econômico

inseridos, organizados e preparados para nossa contribuição na Rio + 20, Conferência da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, que se realizará em 2012, no Rio de Janeiro.

2012 será também o ano de mais uma arrancada na valorização do salário mínimo e, consequentemente, de mais inclusão econômica de milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas que consumirão aqui no Brasil suas rendas conquistadas com tanto esforço.

Trabalhadores e cidadãos que no exercício de sua cidadania plena e também como consumidores que vão interagir com os comerciantes brasileiros que terão em 2012 a profissão regulamentada.

Já que encerramos 2012 com a aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em decisão terminativa, de projeto de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a profissão de comerciantes.

Uma vitória que ainda depende de nossa atenção e mobilização, pois em 2012 o projeto de lei vai à votação no plenário da Câmara dos Deputados e, em seguida, depende da sanção da presidente Dilma Rousseff.

**Um 2012 de vitórias,
 são os votos da União Geral
 dos Trabalhadores!**

Senado aprova PROFISSÃO DE COMERCÁRIO

A pesar de ser uma vitória parcial, pois ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados, os 10 milhões de comerciários do País já podem comemorar a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, do projeto que regulamenta a profissão de comerciário. O texto aprovado por unanimidade é do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e é uma alternativa ao projeto de lei 115/07, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

Uma das principais bandeiras de luta de Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), a decisão é importante e vai intensificar a luta da central para conquistar a regulamentação de uma das mais antigas profissões no Brasil.

“O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que representa 470 mil trabalhadores juntamente com a UGT e com os sindicatos, federa-



Senador Paulo Paim

ções e confederação, desenvolveu um importante papel no sentido de avançar nas políticas que garantem a melhoria nos direitos da categoria, mas este é apenas o início, pois a partir de agora, nossas ações se voltam para a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados”, observou o sindicalista Ricardo Patah, para quem, a partir de agora, todas as atenções serão voltadas para a Câmara dos Deputados, onde os trabalhadores vão exercer forte pressão para que o projeto seja colocado em votação pelo presidente da Casa, deputado Marco Maia.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Levi Fernandes Pinto, diz que com a aprovação, o cenário será outro, mudará totalmente a relação de trabalho, que deixará de ser uma função e passará a ser uma profissão, com suas garantias e direitos.

A decisão foi muito comemorada pelos trabalhadores e sindicalistas de todo o País. Segundo o senador Paulo Paim, autor do projeto, o texto foi construído de forma a garantir a votação unânime tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, pois houve um bom diálogo e um entendimento favorável para isso em ambas as casas. “Esta é uma vitória dos trabalhadores e teve o apoio de todas as centrais e federações, mas tenho um carinho especial pela UGT que esteve aqui, inúmeras vezes, na figura de seu presidente Ricardo Patah nos apoiando. Por isso estão de parabéns todos os comerciários”, diz o parlamentar.

Como a votação do PLS 115/07 não estava na pauta do dia do Senado Federal, o projeto será encaminhado à plenária da casa e, sendo novamente aprovado, será enviado para nova votação na Câmara dos Deputados antes de seguir para a sanção da presidente Dilma Rousseff.



Ricardo Patah

HORÁRIO DE TRABALHO

Pelo texto aprovado, o horário normal de trabalho dos empregados no comércio será de oito horas diárias e 44 semanais. Alterações nesse horário só poderão ocorrer por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

A jornada será de seis horas para o trabalho realizado em turno de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo empregado em mais de um turno de trabalho, salvo negociação coletiva. O piso salarial será fixado em convenção coletiva, nos termos já estabelecidos na Constituição.

O texto também fixa formalmente o Dia do Comércio, a ser comemorado em 30 de outubro de cada ano. Além disso, traz um anexo com a descrição dos diferentes tipos de atividades comerciais no comércio varejista e atacado.



Segundo **Vicente da Silva, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná (FECEP)**, esta é uma notícia muito boa para a categoria que é a mais antiga do país, mas que ainda não tinha suas funções, oficialmente, regulamentadas. “Esta é uma grande vitória, pois ganham os profissionais e os sindicatos que fortalecem suas bases e, consequentemente, aumentam sua representatividade no cenário nacional”, explica o sindicalista.



“Gol de placa”, assim foi resumida a conquista da categoria pelo presidente do **Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville e Região (SECJ), Waldemar Schulz Junior (Mazinho)**. “Esta é uma decisão bem vinda para os trabalhadores e trabalhadoras do setor. Esperamos por essa decisão há muitos anos. Desta forma a categoria será mais valorizada e para os sindicalistas este é um grande avanço”, conclui.



“Esta é uma conquista e o reconhecimento, merecido, aos 10 milhões de comerciários do Brasil. Ainda não é uma vitória, em definitivo, mas é uma importante batalha que vencemos. Deixo meu agradecimento, em especial, aos senadores José Sarney, presidente da casa, Paulo Paim e Ricardo Ferraço, pela atuação na aprovação desse projeto”, explica **José Francisco, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço dos Estados do Pará e Amapá (Fetacom)**.



“Recebemos essa notícia com muito otimismo. Esse já é um grande avanço, mas temos que lutar agora para que essa proposta seja aprovada, também, na Câmara, pois essa é uma vitória da classe trabalhadora, dos sindicatos e das centrais que fortaleceram essa luta”, destaca **Cleber Paiva Guimarães, presidente da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços dos Estados Rio de Janeiro e Espírito Santo (FECERJ)**.



O sindicalista **Severino Ramos, presidente do Sindicato dos Comerciários de Recife e vice-presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, diz que o voto por unanimidade dos senadores em favor da regulamentação da profissão do comerciário, é uma sinalização para que a Câmara dos Deputados siga o mesmo voto. “Somos 10 milhões de comerciários em todo o País e 110 mil em Recife. Esperamos que a Câmara seja rápida e já no primeiro semestre de 2012 o projeto seja colocado em pauta e votado”, diz Ramos que também é deputado estadual em Pernambuco e uma voz em defesa dos trabalhadores na Assembleia daquele estado.



Otton Mata Roma, presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, representando uma base de 300 mil trabalhadores, diz que a luta dos comerciários agora será intensificada. “Ganhamos a primeira batalha no Senado. Agora vamos soltar nosso ‘grito de guerra’ para a Câmara. Vamos pressionar o presidente da Casa, deputado Marco Maia, para colocar o projeto em votação”. O sindicalista ressalta que a determinação do presidente da UGT, Ricardo Patah, foi fundamental para o reconhecimento da profissão de comerciário. “O Patah foi nosso líder em busca do reconhecimento de nossa profissão e o senador Paulo Paim (PT) um guerreiro que apresentou o projeto no Senado e lutou muito por sua aprovação”.



“Um ato histórico que estava sendo esperado por muito tempo, que é a regulamentação da profissão dos comerciários. Agora é esperar que a Câmara possa ratificar o projeto que foi decidido pelo Senado. É importante dizer que este patamar também foi alcançado justamente por termos atuado junto com os patronais para a negociação. Talvez não do jeito que a gente queria, mas conseguimos dar um grande avanço, que é a regulamentação legal da categoria!”, comemora **Márcio Fátel, secretário nacional dos Comerciários da UGT e presidente da Federação dos Comerciários da Bahia (Fecombase)**.



Valmir de Almeida Lima, presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Norte e Nordeste (Feconeste) reforça o argumento do presidente da Fecombase. Para Valmir Lima a regulamentação trará um reforço grande para a ampliação das ações da categoria comerciária, no sentido de aumentar as conquistas referentes às bandeiras históricas. “Como dirigente sindical, não poderíamos continuar admitindo que a mais antiga categoria profissional do país não fosse regulamentada. Esta foi uma vitória, não só da confederação, como de suas federações filiadas e dos sindicatos. Essa decisão foi nota 1000”, conclui o presidente.

UGT INTEGRADA NAS AÇÕES DA SAÚDE ÚNICA

Centrais sindicais buscam unidade no sistema de saúde para a classe trabalhadora

A 14ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro, em Brasília-DF, discutiu temas como “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”, e teve a presença de dirigentes e militantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) junto com as demais centrais sindicais, que colaboraram na elaboração e entrega de um documento para intensificar a defesa de um Sistema Único de Saúde de caráter universal, integral, equânime e com a participação da sociedade. O objetivo do encontro foi a participação da comunidade e controle social e de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o documento, representantes da classe trabalhadora reafirmam seu compromisso histórico de luta pela reforma sanitária, democratização da saúde e fortalecimento do SUS. Foram 2.937 delegados e 491 convidados, representantes de 4.375 Conferências Municipais e 27 Conferências Estaduais, que firmaram sua unidade pelo pacto com a saúde, pela gestão do sistema e o trabalho da educação em saúde. Mais do que um sonho, este compromisso é uma bandeira permanente de luta de todos aqueles que desejam uma sociedade mais justa e democrática.

“As políticas públicas de saúde serão levadas a toda a gama de sindicatos filiados à UGT. Para nós, que viemos da luta, tem sido destacada a importância de conseguir a política de segurança do trabalhador em todo o território nacional. Sem deixar as outras questões relativas à saúde pública, que nós, como central sindical, vamos defender para todos”, destaca Elizeu de Oliveira Freitas, di-



Elizeu e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha (acima)

retor suplente de Saúde e Segurança no Trabalho da UGT estadual do Paraná (UGT-PR) e secretário geral do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Paraná (Sintepar).

A luta da UGT durante a CNS seguiu o lema de sua criação e atuação, com um sindicalismo cidadão, ético e inovador, mostrando-se firme na defesa de um sistema que atenda com qualidade e igualdade a população economicamente ativa. São cerca de 100 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, grande parte vivendo da informalidade e trabalhos precarizados e terceirizados, expostos às mais variadas situações de perigos em seu ambiente de trabalho. O resultado desta situação é a persistência de índices elevados de acidentes de trabalho, inclusive graves e fatais, nos diversos segmentos econômicos do setor público e privado, rural e urbano.

O foco agora é intensificar o apoio e parcerias junto aos movimentos sociais. “É nesse ponto que a UGT precisa buscar parcerias: para a busca desse fortalecimento do controle social nas ações de saúde do trabalhador. Vamos batalhar para que saia a Conferência Nacional Temática de Saúde do Trabalhador”, acentua Elizeu de Oliveira.

Na Conferência foi assinada a portaria ministerial que institui a execução das ações de saúde do trabalhador, conforme determina a Constituição Federal, considerando o papel do Ministério da Saúde de coordenar nacionalmente a Política de Saúde do Trabalhador, conforme determina a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990; alinhando-se, assim, com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença.

O Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde foi aprovado no primeiro dia do evento (04/12) pelos delegados vindos de todo o Brasil. Após a votação, uma Carta da Conferência (Carta de Brasília) voltada à sociedade brasileira foi apresentada aos participantes. O documento, que sintetiza o debate desenvolvido no evento ao longo de quatro dias, contou com o apoio da Comissão Organizadora e de vários segmentos, com a contribuição dos delegados da UGT presentes.

Sobre o relatório final aprovado e a carta à sociedade, o presidente da 14ª CNS e Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, explicou: “Esse é mais um momento histórico em que o relatório final é aprovado e uma declaração à sociedade, também. Parabéns a todos os delegados. Viva o Controle Social. E viva a democracia do crachá”, disse Padilha em alusão à aprovação da Carta da 14ª Conferência durante o encerramento do evento.



A 2ª Conferência Nacional de Juventude aconteceu em Brasília e contou com

UGT JOVEM na 2ª Conferência Nacional de Juventude

a presença de mais de 2000 jovens de todo Brasil, dentre os quais 12 dirigentes da UGT de 11 estados, em sua maioria Secretários de Juventude das UGTs Estaduais.

A participação deste coletivo foi muito destacada no evento. Atuaram verdadeiramente como uma delegação de sindicalistas que tem propostas e argumentos para os debates, além de demonstrarem unidade de pensamento e ação nas tarefas dos Grupos de Trabalho Temáticos e nas Plenárias Deliberativas.

A tradicional camisa branca e vermelha da UGT foi uniforme dos dirigentes da UGT Jovem durante todos os dias da Conferência, outro fator que contribuiu para que a presença da central fosse ainda mais marcante e visível.

O principal produto da Conferência foi uma Plataforma Política aprovada na Plenária Final e que integra um conjunto de diretrizes que devem se tornar referência para o avanço dos Marcos Legais de Juventude e para elaboração de Políticas Públicas para Juventude nas mais variadas pastas do Estado, tendo como valor a participação ativa dos jovens.

A bancada da UGT Jovem concentrou energia nas discussões do Eixo Temático 1: “Direito ao Desenvolvimento Integral” e logrou emplacar a proposta da “Implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para Jovens” como uma das propostas prioritárias no resultado final da conferência.

“Conquistar direitos, desenvolver o Brasil!” foi o lema da 2ª Conferência Nacional da Juventude. E a UGT Jovem, com unidade e respeito à diversidade, contribuiu com esse momento histórico para a juventude brasileira em defesa desse segmento social, que hoje representa 53 milhões de jovens.

UGT PREPARA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A MAIOR CENTRAL SINDICAL BELGA



Parceria sinaliza objetivo para trabalho de cunho social e decente

Na continuidade das ações para política de Promoção e Conquista do Trabalho Decente no Brasil, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) se une à Central Sindical Cristã (CSC), da Bélgica, através de um convênio de cooperação a ser desenvolvido no estado do Amazonas (em conjunto com a UGT-AM) e na cidade de São Paulo (em conjunto com a Secretaria do Trabalhador na Economia Informal da entidade).

Com uma história de 125 anos, a CSC é a maior central sindical belga e sua atuação vai além das reivindicações "classicamente" sindicais nos locais de trabalho (desenvolvidas nas atividades regionais e setoriais). Ela é interlocutora nacional para os mais variados temas nacionais: desde a formação do novo governo até os problemas sofridos pelos quase 150 mil imigrantes ilegais (dos quais aproximadamente 50 mil são brasileiros/as). E sua relação de cooperação fraterna com o Brasil remonta a décadas.

Este projeto de convênio de cooperação, cuja duração prevista será de três anos, deverá ser coordenado pelo Instituto de Educación Obrera Internacional (IEOI-CSC) e

tem como objetivo principal contribuir para a melhoria do diálogo social no estado do Amazonas e para reforçar a organização dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. A coordenação política das atividades está a cargo de Ricardo Patah (presidente nacional da UGT); Moacyr Pereira (secretário de Finanças) e Arnaldo de Souza Benedetti (secretário de Formação).

A coordenação técnica conta com Roberto Nolasco (assessor de Finanças) e Paulo Roberto do Nascimento (coordenador do Departamento de Formação do Instituto de Promoção Social / Ipros) e a temática, sob a responsabilidade da Secretaria da Mulher (cuja secretária é Cássia Buffeli) e da Secretaria do Meio Ambiente (cujo secretário é Ivan Duarte Pereira).

Tendo a formação como estratégia privilegiada, "o projeto apresenta dois eixos transversais cuja temática terá presença obrigatória em todas as atividades previstas: gênero e meio ambiente", explica Paulo Nascimento. Com início previsto para o primeiro semestre de 2012, as atividades serão desenvolvidas a partir das experiências acumuladas em cada local. "No Amazonas a ati-



Paulo Nascimento, Luc Cortebeek (presidente CSC), Antônio Mardônio (UGT-AM) e Roberto Nolasco

vidade principal será a consolidação e ocupação dos espaços de Diálogo Social com mais representantes e com dirigentes cada vez mais preparados para conquistar sempre mais trabalho e emprego decente. Em São Paulo as atividades contribuirão para a formação e a organização dos trabalhadores (as) informais", fundamentou Nolasco. Importante destacar que, a partir das experiências já acumuladas e das experiências (re)construídas no âmbito destas atividades, estão previstas no projeto atividades conjuntas em outras regiões do país e do continente, com o objetivo de formar "redes" para facilitar a socialização das boas práticas. E a que se destaca, é escolha da UGT para promover o encontro continental de todos os parceiros da CSC que ocorrerá no Brasil.

PISOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Os delegados à 101ª Conferência Anual da OIT (Organização Internacional do Trabalho), prevista para junho de 2012, em Genebra (Suíça), vão discutir um tema de importância crescente: o piso de proteção social, novo conceito para garantir uma ajuda social básica para todos que têm necessidades.

Cada vez mais, os países se preocupam com a sobrevivência dos grupos de risco, entre eles os incapacitados, os moradores de rua, as crianças abandonadas, os velhos sem recursos e os desempregados crônicos. Em geral, pessoas que não estão cobertas pelos sistemas tradicionais de previdência social.

Há países - Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos e Suécia - que conseguiram uma cobertura social praticamente para a integralidade da população. No entanto, outros conseguiram apenas parcialmente e, a maioria, entre eles o Brasil, ainda está longe de sistemas de proteção minimamente adequados.

As estratégias dessas nações são diversas, sem uniformidade, e revelam métodos de assistência contributiva ou não contributiva, destituídos de transparência. Por exemplo, o nosso Bolsa Família é não contributivo, de pouca transparência e critérios discutíveis, embora de espetacular alcance e resultado.

Esses programas têm objetivos imediatos visíveis: impedem a confragação social, os tumultos reivindicativos e as revoltas por



Laerte Teixeira da Costa, é vice-presidente da UGT e Secretário de Políticas Sociais da CSA (Confederação Sindical das Américas)

necessidades. Há absoluta consciência de sua urgência, em um mundo que exerce cada vez mais um capitalismo irresponsável, cujos lucros beiram o inacreditável.

O que se discutirá na OIT é um nível mínimo de proteção social a todos os membros da sociedade. Ninguém poderia estar fora do guarda-chuva governamental, que funcionaria com regras, condições e critérios transparentes. Justiça e equidade seriam o binômio fundamental.

Por enquanto, muitos países têm tomado atitudes isoladas e próprias, normalmente com claros componentes políticos, para esta-

belecer ajudas pontuais em direção aos estratos vulneráveis da população. O "Fome Zero" de Lula, de resultados limitados, foi imitado mundo afora e é o carro chefe da política social de Daniel Ortega, na Nicarágua.

No caso da OIT, por seus antecedentes históricos, a recomendação que sairá da 101ª Conferência deverá ser mais abrangente e ousada, englobando aspectos de proteção social durante todo o ciclo de vida, abarcando alimentação, saúde e educação, com ausência de intermediação política e com controle social.

O Piso de Proteção Social precisa desvincular-se do Salário Mínimo e ter marco regulatório e jurídico próprios. Deve ser estabelecido por valores necessários a uma sobrevivência livre. Livre da fome, livre da dependência econômica, livre das enfermidades e livre da ignorância.



"O nosso Bolsa Família é não contributivo, de pouca transparência e critérios discutíveis, embora de espetacular alcance e resultado"

SINDICALISTAS PEDEM INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES



Os sindicatos da região consideram que o bloco necessita transcender as habituais discussões comerciais



O secretário Valdir Vicente (à direita) destacou a necessidade de transformar as palavras em fatos para que o processo de integração seja real

Sindicalistas de vários países do Mercosul estiveram, no começo de dezembro de 2011, reunidos no Uruguai para discutir políticas públicas integrativas para diversos setores do bloco durante a Conferência Regional de Emprego, em Montevideo, na sede da Associação Latino Americana de Integração (Aladi). A UGT, central que tem em suas bandeiras um trabalho mais decente para os imigrantes e a luta pelo direito humano, esteve representada pelo secretário nacional de Políticas Públicas da entidade e secretário geral da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), Valdir Vicente de Barros.

Na ocasião, que finalizou as reuniões dos organismos sociolaborais do Mercosul, Valdir Vicente falou sobre a situação da integração regional. “Deve-se avançar na elaboração de políticas que nos permitam sermos cidadãos do Mercosul e não de cada país”, sintetizou o dirigente brasileiro em sua intervenção.

Os sindicatos da região consideram que o bloco do Mercosul necessita transcender as habituais discussões comerciais e econômicas para começar a avançar em temas como as políticas de emprego, a integração sócio-cultural e o livre trânsito de pessoas, entre outros.

“Devemos transformar as palavras em fatos, cumprir com o que dizem os papéis, para que a integração seja real”, manifestou Valdir, que ainda destacou os últimos discursos do presidente uruguaio José Mujica sobre estes temas, assim como também refletiu sobre a importância de somar a Bolívia a todos estes processos.

O titular da Coordenadora considerou “uma vergonha” que nos aeroportos do Mercosul sejam necessários tantos trâmites migratórios para o trânsito intra-zona; propôs discutir melhor temas como a certificação para profissionais e o Protocolo de Seguridade Social; e se referiu à grande imigração de paraguaios e bolivianos ao Brasil, onde lamentavelmente terminam sendo explorados por seus próprios concidadãos.

“Não é possível que no Mercosul se permitam essas coisas, necessitamos de políticas afirmativas para evitá-lo”. A imperativa necessidade de universalizar os direitos à saúde em todos os países do bloco e as situações que vivem os trabalhadores nas fronteiras secas do Mercosul foram outros temas abordados por Valdir em sua apresentação.

ZARA SE RECUSAVA, MAS APÓS PRESSÃO ASSINA TAC

Confecção contratada pela rede mantinha 51 trabalhadores em condições precárias no município de Americana

A grife espanhola Zara se recusava a assinar um TAC (termo de ajustamento de conduta), com o MPT (Ministério Público do Trabalho), mas após diversas manifestações protagonizadas pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Sindicato dos Comerciários de São Paulo, que mobilizaram a opinião pública por meio de reportagens, passeatas e denúncias, a empresa fechou o acordo que tem como objetivo regularizar a cadeia produtiva da empresa, que foi flagrada se valendo de mão de obra análoga a escravidão.

Em junho de 2011, o MPT e o Ministério do Trabalho descobriram 51 pessoas (46 bolivianos) trabalhando em condições precárias em uma confecção contratada pela Zara, em Americana, no interior paulista. Os trabalhadores eram submetidos a uma jornada de 14 horas e recebiam o equivalente a R\$ 0,20 por peça de roupa produzida. No mês seguinte, foram encontrados 14 bolivianos em condições semelhantes em duas confecções, em São Paulo.

A ação da Zara e de outras confecções multinacionais foi denunciada pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo e pela União Geral



Diretores e advogados do Sindicato dos Comerciários de São Paulo acompanham a audiência entre representantes da empresa com membros do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público

dos Trabalhadores (UGT), numa grande manifestação realizada na Rua Oscar Freire, centro da moda e do luxo da capital paulista.

OTAC elaborado pelo MPT previa que a Zara investisse R\$ 20 milhões em ações de combate ao trabalho degradante, mas o acordo fechado foi de 3,4 milhões, além da redução na subcontratação dentro da cadeia produtiva (empresas terceirizadas que contratam outras para fazer a produção) e se responsabilize pelas condições de trabalho nas confecções contratadas pela marca.

Segundo o procurador Luiz Carlos Fabre, apesar de a proposta da empresa ter pontos ‘inconciliáveis’, o MPT avaliou o texto e chegou a um acordo. Para o procurador, o TAC

permite uma resolução mais rápida e eficiente do conflito do que uma ação civil pública.

Nas reuniões, o MPT disse que não vai abrir mão de que a Zara se responsabilize juridicamente, se sujeitando a multas em caso de descumprimento, sobre as condições de trabalho na cadeia de produção. O órgão quer ainda que a empresa se comprometa a coibir as subcontratações das confecções. Para o procurador Fabre, a prática pulveriza a produção e cria condições propícias para a exploração dos trabalhadores. “O acordo não foi plenamente satisfatório, mas já abre precedentes e deixa claro que o Brasil está de portas abertas para receber empresas de qualquer parte do mundo, mas aqui terão de ser cumpridas as leis trabalhistas”, afirma Ricardo Patah, presidente nacional da UGT e do Sindicato dos Comerciários.



Durante a audiência militantes do Sindicato e da UGT promoveram protestos contra o trabalho escravo em frente o prédio do Ministério Público

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS PREMIAÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO DE RUA

A luta de Anderson, em parceria com a UGT e o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, recebeu a mais alta condecoração oferecida pelo governo brasileiro

Recibir o devido reconhecimento pela realização de um trabalho é, muitas vezes, o que muitos brasileiros e brasileiras esperam ao realizar determinadas atividades.

Quando esse reconhecimento é oferecido a um ex-morador de rua que luta, incansavelmente, pela promoção de políticas públicas voltadas às pessoas moradoras ou em situação de rua, já é considerado um grande avanço, pois é levado o debate, em nível nacional, sobre toda a problemática que envolve os cidadãos que se encontram em estado de vulnerabilidade.

Esse é o trabalho desenvolvido por Anderson Lopes Miranda, coordenador do Movimento Nacional da População de Rua e que, no mês de dezembro, foi um dos contemplados na 17ª Edição do Prêmio Direitos Humanos, considerada a mais alta condecoração oferecida pelo governo brasileiro às pessoas que se destacam na defesa e na promoção dos Direitos Humanos no país. Todo esse trabalho conta com apoio da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.

“Este não é apenas um prêmio para o Anderson, como pessoa, existe toda uma estrutura que serve de apoio para a realização dessa luta. Esse prêmio é uma conquista do movimento, dos parceiros e das pessoas que acreditaram na luta pela ampliação dos direitos das pessoas em situação ou vivendo nas ruas”, explica Anderson.

O prêmio, que foi entregue pela presidente Dilma Rousseff numa cerimônia realizada



no Palácio do Planalto, em 9 de dezembro, em Brasília, contou com a presença da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, dentre outros parlamentares.

A LUTA

A militância de Anderson em prol dos direitos dos moradores de rua começou, em 1997, quando o índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, foi morto em Brasília, enquanto dormia em um abrigo de ponto de ônibus após participar das comemorações ao Dia do Índio.

O caso chocou o país e causou indignação nacional quando os culpados, todos estudantes de classe média alta, alegaram que a intenção era agredir um mendigo e não uma liderança indígena. “Mendigo é gente e precisa ter seus direitos garantidos. Nessa época comecei a organizar nossos companheiros nas ruas para fazer manifestações e lutar por política pública”, diz o coordenador.

O Sindicato dos Comerciantes entrou na luta quando, em 2004, após uma chacina onde sete moradores de rua foram assassinados, em São

Paulo, começou a apoiar o trabalho de Anderson. Com o tempo as ações começaram a se intensificar e foi realizado o primeiro evento chamado Mulher Com Vida, uma feira social que aconteceu no vale do Anhangabaú onde homens e mulheres moradores ou em situação de rua, puderam tirar documentos, cortar cabelo, participar de apresentações culturais, entre outras atividades. “O Sindicato dos Comerciantes foi a única instituição que apoiou, de fato, nossa luta”, completa Anderson.

Em 2007, com a fundação da UGT, mais uma instituição abraçou a causa defendida por Anderson. Desta maneira as ações ficaram fortalecidas e a luta ultrapassou as fronteiras paulistanas e ganhou notoriedade em nível nacional.

A VIDA NAS RUAS

“Não adianta lutar por direitos humanos se você não tiver dignidade. Hoje tenho duas filhas, minha casa e constituí família. Saí das ruas, mas as ruas não saíram de mim”, completa o militante.

Com uma história de vida que,

muitas vezes, se confunde com a luta, Anderson viveu por 15 anos como morador de rua, a pessoa que vive, literalmente, nas ruas e durante cinco anos como situação de rua, ou seja, a pessoa que está em albergues e utiliza serviços oferecidos pelo município.

Órfão de pai e mãe, Anderson foi abandonado aos três meses de vida. Viveu em orfanato e na adolescência se revoltou com a instituição que o abrigava e resolveu viver nas ruas.

Anderson chorou, sorriu, passou fome, dormiu, acordou, sofreu preconceito, mas hoje empunha a bandeira dos direitos humanos para essa população discriminada. Por esse motivo é mais do que justo o recebimento desse prêmio oferecido pelo governo federal.

“As pessoas têm nojo de morador de rua. Mas são pessoas como outras quaisquer, a diferença é que quando alguém entra em situação de rua, sua alta estima fica baixa, a pessoa perde seu chão, sua referência e sua dignidade e é isso que precisamos recuperar”, conclui Anderson.

Anderson (destaque), durante manifestação nas ruas de São Paulo. Com o apoio total do Sindicato dos Comerciantes e da central UGT as ações em defesa da população de rua se intensificaram



A 13ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), realizada no Hotel Excelsior, em São Paulo, no final de novembro, reuniu mais de 200 delegados de todo o País. Com o objetivo de manter a união, a transparência em suas articulações e mostrar a preocupação da central com o social e o trabalhador, todas as UGTs estaduais estiveram representadas para o balanço e apresentações de ações e propostas a ser realizadas no próximo ano de 2012.

O evento foi aberto pelo presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, falando sobre a importância da unidade sindical e a interferência que o movimento vem sofrendo. "O momento que estamos vivenciando é muito difícil. O mundo sindical vem recebendo pedradas de tudo o que é lado. Não podemos deixar diminuir a capacidade de um ministério para instrumentalizar a classe trabalhadora. Estão querendo acabar com a estrutura sindical, tirando o imposto sindical", afirmou Patah.

Contra a estagnação e em prol da luta intensa para a valorização do trabalhador, Ricardo Patah frisou a

continuidade de defesa das bandeiras comuns à classe, além das que caracterizam a UGT. "Temos várias políticas que temos que continuar instrumentalizando e são comuns às outras centrais: política do salário mínimo, redução da jornada de 40 horas, fim do fator previdenciário e outros temas, além de desafios importantíssimos que a UGT tem e pelos quais vai lutar, porque está enriquecida com classe de deputados no parlamento, para pressionar no Congresso, os direitos dos trabalhadores".

A crise internacional estampa o cenário pelo qual governo e sociedade civil têm se mobilizado. E em meio ao balanço de ações em prol dos trabalhadores, a UGT faz seus ajustes e

adaptações para dar continuidade em suas atuações, com foco na pluralidade participativa.

"O que vamos implementar na Secretaria Internacional da UGT, é a política que todos terão direito a fazer o seu trabalho não apenas dirigentes, mas também irão seus técnicos. Ano que vem, no encontro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Suíça, irá a juventude. Se ela estiver preparada tecnicamente para ir, ela irá! Se não estiver preparada, nós a prepararemos para que ela vá! E com seus conhecimentos, trazer benefícios para a central sindical e os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros", frisou Otton da Costa Mata Roma, secretário da pasta.

"O ano de 2011 encerrou com chave de ouro para a UGT Jovem que teve a rica oportunidade de participar do maior evento de jovens do país que é a 2ª Conferência Nacional, realizada agora em dezembro, quando se reuniu para planejar as ações do próximo ano", disse o secretário nacional de Ju-

NOVOS RUMOS DA CENTRAL PARA O ANO DE 2012 SÃO DISCUTIDOS NA 13ª PLENÁRIA DA UGT

A central que mais cresce no país se prepara para levar adiante as questões do mundo do trabalho através do fortalecimento do movimento sindical



ventude da UGT e membro da Comissão Organizadora Nacional da Conferência, João Marcos Vidal.

A UGT quer uma juventude preparada, mas também tem o foco em quem irá atuar na sociedade civil. Para o professor Erledes Silveira, da Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, a 13ª Plenária da UGT destacou a importância de se investir na formação de política sindical. "É o diferencial que vai destacar a central: é um pessoal bem formado e preparado, o que vai dar sustentação para que a UGT cresça cada vez

mais e se mostre preparada para o que veio. E isso foi observado de um modo geral, de todos que participaram. Mostra que o presidente continua com prioridade na formação dos nossos dirigentes".

DIPLOMAÇÃO

Durante a 13ª Plenária foram diplomados os vice-presidentes que compõem a central e lutam, dentro e fora dos parlamentos nacionais os deputados federais: Roberto de Lucena (PV); Ademir Camilo (PSD) (também presidente da UGT Estadual de Minas Gerais) e João Dado (PDT); os depu-

tados estaduais: Severino Ramos (PMN) (também presidente do Sindicato dos Comerciários de Recife e Região) e Edson Araujo (PSL).

Também fazem parte do quadro de vice-presidentes da UGT: o deputado federal Roberto Santiago (PSD), o deputado estadual Davi Zaia (PPS), além de o vice-prefeito de Carapicuíba-SP, Antonio Carlos dos Reis, o Salim (PSD); Enilson Simões de Moura, o Alemão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Ceagesp; Laerte Teixeira da Costa, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, presidente da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações e Lourenço Ferreira do Prado, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).

Durante a plenária foram apresentadas as duas mais novas secretarias: Nacional da Cultura e de Vendedores Viajantes. Durante a plenária, o Sindicato dos Artistas Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo, se filiou para compor a luta da central pela melhoria dos direitos da classe trabalhadora.

Deputado Ademir Camilo, Ricardo Patah, presidente da UGT, Deputado Roberto Santiago e Deputado Roberto de Lucena exibem diploma recebido durante a 13ª Plenária



Lado cidadão abre caminho da UGT dentro da ONU

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), no compromisso de atingir os oito Objetivos do Milênio (ODM) das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2015, tem uma importante bandeira, que é a questão dos idosos e aposentados para que estes sejam melhor incluídos na sociedade. E com o foco nessas ações, formou parceria com o Instituto Qualivida, reconhecido pela ONU, uma vez que é membro da Global Action Aging, cuja sede está localizada na própria Nações

Unidas e envolve diversas Organizações Não Governamentais (ONGs). E o que deve ressaltar, é que, com essa parceria, a UGT se torna a primeira entidade sindical a fazer parte de uma comissão da ONU que trata da questão do idoso, através do Conselho Econômico e Social da entidade, o Ecosoc, representado pelo Qualivida.

“É a primeira perna da UGT em um ambiente como o da ONU, onde não tem nenhuma entidade sindical. E a entrada da UGT mostra o lado cidadão. Porque a sociedade está cobrando um tipo de atividade diferente nas organizações sindicais. E essa parte cidadã, não apenas

sindical, com relação aos direitos humanos dos idosos, é de grande importância para que a UGT possa levar suas teses, trazer experiência e contribuir com a ONU. Por ser ela (ONU), um grande fórum de discussão desses aspectos no âmbito mundial”, defende Roberto Nolasco assessor da Secretaria de Finanças da UGT e representante do Qualivida.

Apesar de a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ser parte da ONU e que seria o braço sindical dentro da entidade, está afastada; o que faz com que a representatividade da classe trabalhadora, perca este espaço. Por ser de suma importância no mundo os eventos da ONU (vide os ODM, Rio+20, COPs), a participação da UGT nessas ações faz com que a parte cidadã de seu

NAS AÇÕES POR MELHOR QUALIDADE DE VIDA AOS IDOSOS, A UGT SE TORNA A PRIMEIRA CENTRAL SINDICAL A FAZER PARTE DA ONU



A população com mais de sessenta anos, que na década de setenta, era de cinco milhões, saltou para quase vinte milhões e a UGT busca garantir qualidade de vida para estas pessoas

sindicalismo comece a tomar um corpo mais efetivo.

“Como não somos embaixadores, temos que entrar por algum portão que esteja aberto. E esse é um deles: da comissão dos idosos e aposentados. Em um ambiente que todo mundo está, você é mais um. E quando você está só, tem condições de ser mais proativo, mais protagonista e fazer valer a representatividade. Essa é uma grande oportunidade que a UGT tem de apresentar seu trabalho”, enfatiza Nolasco.

E aos poucos a UGT vai se fazendo visível nas Nações Unidas. No início de fevereiro o assessor da Secretaria de Finanças irá participar da 50ª Comissão para o Desenvolvimento Social, em Nova York, que é uma atividade anual da ONU, onde se levantam questões relevantes de todas as nações e momento para se expor as experiências. No final do mesmo mês, também em NY, Joyce Ribeiro, assessora da Secretaria da Mulher da UGT, foi convidada a fa-

zer parte da Comissão do Estatuto das Mulheres, da ONU, para falar sobre os direitos da mulher. São duas representatividades importantíssimas dentro da ONU, uma vez que se colocam as questões dos idosos e da igualdade de gênero.

É a UGT no caminho certo, para discutir questões relativas às pessoas, meio ambiente e direitos humanos. “O passo atual é apresentar a UGT e a capacidade de mobilização da central para com algum projeto social, que seja importante. Estamos por todo o Brasil (temos lugares pobres e ricos) e podemos ser importante suporte de mobilização. Entender que a organização é um excelente ponto de apoio para o suporte de direito social”, acrescenta.

O AMPARO DA UGT AOS IDOSOS

De acordo com as novas estatísticas demográficas, a faixa-etária de maior expansão é a de idosos. Declínio da mortalidade, diminuição da natalidade, melhorias no saneamento básico e o avanço da medi-

cina têm contribuído para a longevidade da população mundial. Segundo expectativas da ONU, a população com mais de 60 anos, que na década de 70 era de 5 milhões e hoje pulou para quase 20 milhões, deve aumentar consideravelmente nos próximos 50 anos. A UGT, como membro da Aging firma seu compromisso de garantir às pessoas uma velhice com qualidade.

Do “boom” da velhice que se deu no Brasil em 1970, a população que atinge o centenário dobrou e já se fala em uma quarta idade. Em 2050, um em cada quatro brasileiros será idoso. “Muitos de nossos velhos não têm amparo do governo e acabam sendo um problema para seus familiares”, explica Roberto Nolasco. Esta parceria inicialmente permitiu que a UGT criasse a Secretaria Nacional do Aposentado e uma Secretaria de Direitos Humanos que também se dedica à atividade de apoio ao idoso.

Desamparados pelo Estado e muitas vezes afastados do emprego, cabe aos familiares os devidos cuidados com os idosos. “Esta carga é reforçada pela queda da fecundidade e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Além do número cada vez menor de filhos que possam ampará-los nos anos de debilidade, grande parte das pessoas dessa família nuclear que trabalha e/ou estuda fora de casa, tornando-se impossível ‘cuidar’ de um velho que não seja independente”, enfatiza Nolasco. Longe de querer ser um “fardo” para a família, muitos dos idosos optam por mudar para clínicas e lares geriátricos. E ampará-los tornou um desafio para a nova sociedade.

Porém, os novos idosos, desde os anos 80, têm encontrado seu valor na sociedade. Mais engajados socialmente, participam de programas de políticas públicas ou privadas – seja em programas de convivência, Universidades da Terceira Idade, seminário etc. Seguros e vai-



Ricardo Patah

dosos, cuidam melhor do corpo e da mente, buscando o equilíbrio afetivo e emocional: namoram, casam-se de novo e até trocam de parceiros.

Tem o Estatuto do Idoso, aprovado na Constituição do País, que garante mais qualidade e melhorias à população mais velha, mas se faz necessária a atuação da sociedade no diálogo social. "A opção do Instituto Qualivida foi a de se associar com uma grande central sindical como forma de garantir uma atuação nacional. Tivemos na pessoa de seu presidente, Ricardo Patah, um grande apoiador e entusiasta com o assunto", diz o assessor.

Com o apoio dos sindicatos filiados, que já passam de 1.000, a UGT procura criar uma rede de proteção ao idoso através de políticas públicas adequadas à cada região.

São diversas as frentes de atuação: desde programas de qualificação junto às empresas aos aposentados com capacidade de trabalho, com vista à Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016; atendimento ao idoso dependente não assistido pelo governo - dos 20 milhões de idosos, 7% sofrem do Mal de Alzheimer, dependem de tratamentos em clínicas ou em casa com os familia-

res através de um cuidador, porém, requer recursos financeiros – e, por fim, a parceria UGT/Qualivida apresentou ao Ministério do Trabalho, um projeto para o treinamento e capacitação de cuidador de idoso, uma vez que o Brasil não se preparou para esta realidade.

O Instituto Qualivida, junto à UGT, pretende obter do Ministério recursos para treinar e qualificar o cuidador de idoso. "É uma profissão cada vez mais procurada por aqueles que têm recursos para pagar, mas também permite que familiares de idosos possam se qualificar para cuidar de seus velhinhos. O curso será gratuito e estará aberto em todo o Brasil", informa Nolasco.

Um das medidas da ação é atuar junto aos governos locais para que estes ofereçam às famílias o sistema home care, evitando a ida dos idosos até um posto de saúde. Roberto Nolasco argumenta que há milhões de analfabetos e a desigualdade de renda que atinge grande parcela da população, acaba por se refletir no atendimento aos idosos, porém, o idoso tem contra si a própria idade. Daí o destaque da parceria: ao invés da central sindical se voltar apenas em quem trabalha, ter atuação maior na própria sociedade. "Afinal, idoso quem não é, um dia vai ser. É questão de tempo", finaliza.



Roberto Nolasco

MEMBROS DA ONU

- AARP International
- Aging in America
- American Psychological Association (APA)
- Armenian International Women's Association
- Deutsche Seniorenliga e.V.
- Division of Aging and Adult Services, Kansas City, MO
- EURAG | Bund der Alteren Generation Europas - European Federation of Older People
- Generations United
- Global Action on Aging
- Global Alliances through Gerontological Engagement (GAGE)
- Gray Panthers
- Gray Panthers NYC
- HelpAge International
- HelpAge USA
- HOPE Africa
- Instituto Qualivida
- International Association of Applied Psychology
- International Association of Gerontology and Geriatrics
- International Association of Homes and Services for the Ageing
- International Association of Schools of Social Work
- International Council of Jewish Women
- International Council of Psychologists
- International Federation on Ageing
- International Federation for Home Economics
- International Federation of Social Workers
- International Network for the Prevention of Elder Abuse
- Jewish Association for Services for the Aged (JASA)
- The John A. Hartford Foundation
- Middle East Academy for Medicine of Ageing
- Mount Saint Mary College
- South Beach Psychiatric Center
- The University of Sydney

• UGT - União Geral dos Trabalhadores

- World Federation of Ukrainian Women's Organizations
- The World Union for Progressive Judaism (WUPJ)
- Yad Sarah - Organization Aiding Disabled, Elderly, and Housebound People

SEM TERCEIRIZAR A LUTA

A terceirização no Brasil foi e é um dos grandes indicadores de modernização da economia do País. Mas como tudo o que acontece aqui, infelizmente, mesmo o novo surge distorcido pelo excesso de espartezza e muitas vezes de má fé de setores do empresariado que só querem o ganho rápido e fácil.

Por isso, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) mobiliza todos os seus quadros para não terceirizar a luta dos trabalhadores terceirizados. Em nossas bandeiras estão a proibição da terceirização na atividade-fim; a responsabilidade solidária da empresa contratante; a igualdade de direitos e de condições de trabalho e a penalidade às empresas infratoras.

É imperioso regulamentar com urgência a prestação de serviços a terceiros para evitar que empresas públicas e privadas se valham de dispositivos constitucionais genéricos que têm criado mais confusão do que uma orientação e proteção aos direitos dos terceirizados.

Através da ação permanente do deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP), vice presidente da UGT, e relator da Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado, colocamos em discussão na Comissão vários pontos para regulamentar e proteger os terceirizados. Um deles é proibir a intermediação da contratação de mão de obra pelos chamados "gatos".

Roberto Santiago defende, também, em seu relatório, que



Moacyr Pereira, secretário de Finanças da UGT

as prestadoras de serviços tenham apenas um objeto em seu contrato social. A ideia é garantir ao trabalhador benefícios sociais e direitos obtidos nos acordos coletivos de suas categorias. "A empresa não poderá ser genérica", explicou o deputado.

Outro ponto do relatório pretende obrigar os contratantes a fiscalizar se as empresas que lhe prestam serviços estão recolhendo os encargos sociais e cumprindo os acordos coletivos fechados pelas categorias de seus funcionários. "Se a empresa contratante não cumprir isso, será considerada solidária direta", afirmou. "Quem contrata mal pagará duas vezes, porque terá responsabilidade solidária", explica Roberto Santiago.

O deputado quer, com o apoio da

UGT, que se fixem regras para evitar que empresas sem solidez financeira entrem no mercado de prestação de serviços, o que visa reduzir os riscos de elas quebrarem sem quitar suas dívidas com os trabalhadores.

Segundo o texto em discussão, empresas com até dez empregados precisarão ter um capital mínimo já integralizado de R\$ 50 mil em máquinas e equipamentos para garantir seus contratos. Essas exigências chegarão a R\$ 1 milhão para as empresas com mais de 500 funcionários.

Ainda temos várias batalhas pela frente. Mas sem terceirizar a luta e sempre prontos para coibir as tentativas de alguns setores patronais que querem modernizar a economia mas com precarização do trabalho terceirizado.

Existem 8,2 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil, ou seja, 22% do total de 37 milhões de brasileiros com carteira assinada, em um universo sempre em expansão, mas, infelizmente, ainda sem regulamentação clara das funções. Por isso, são homens e mulheres que trabalham com ameaças permanentes aos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

"A União Geral dos Trabalhadores mobiliza todos os seus quadros para não terceirizar a luta dos trabalhadores terceirizados"

Belo Monte: A urgência do TRABALHO DECENTE

O diálogo social expresso no modelo tripartite, cujo governo, empregadores e trabalhadores podem se manifestar, revela-se como um elemento fundamental presente na agenda do trabalho decente definida pela OIT

A UGT acredita que o governo brasileiro não pode deixar de ouvir os movimentos sociais, as lideranças sindicais, bem como, os povos indígenas, comunidades ribeirinhas e populações tradicionais. Para que a diversidade do mundo do trabalho possa ser contemplada, o diálogo social deve incluir diferentes atores. Parece-nos que este aspecto é um dos desafios colocados no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM). A decisão sobre a construção da usina envolve diversos organismos internacionais e até provocou tensões nas relações do Brasil com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando uma medida cautelar, pedindo ao governo brasileiro que suspendesse o empreendimento, foi lançada. Mas, a medida foi suspensa e a construção da UHBM, até o presente momento, está em conformidade com as normativas da OEA.

A presidente da República, Dilma Rousseff, explica que o reservatório não vai atingir o território indígena e que, todo o processo de impacto ambiental será feito dentro dos padrões ambientais vigentes. A presidente ainda informa que foram realizadas 38 reuniões de diálogo nas aldeias da área, além de quatro audiências públicas na região, que mobilizou cerca de 8 mil participantes. O projeto da UHBM foi reformulado inúmeras vezes, desde seu início, ainda na década de 70, quando a área explorada começou a ser estudada. Segundo a presidente, o governo tem considerado todas as sugestões e reformulações de an-

listas e dos movimentos sociais, a exemplo da área de inundação que foi diminuída em 60%.

Conhecida como 'a terceira maior usina do mundo', o empreendimento envolve discussões calorosas. De um lado, estão os ambientalistas e, do outro, os chamados desenvolvimentistas. Muitas posições, contra ou a favor, se elevam, contudo, a UGT pensa que o mais importante é garantir que as comunidades tradicionais não sejam atingidas de forma nociva e que os trabalhadores envolvidos nas obras tenham seus direitos respeitados. Sabemos que a construção de Belo Monte vai gerar um expressivo quantitativo de empregos e que, toda economia local, da qual, indígenas e ribeirinhos fazem parte, será aquecida.

Nesse sentido, tal processo deve envolver estudos de impacto ambiental, ecológico e social. Devemos debater os reais impactos para a população do entorno e para os trabalhadores envolvidos. Por isto,

defendemos que a questão da geração de emprego esteja alinhada a agenda do trabalho decente, que preza por condições seguras e pela proteção social, ancorada na legislação e nos direitos trabalhistas mais contemporâneos.

A UGT está acompanhando e lutando em prol de todos estes aspectos, através da participação do companheiro Nilson Duarte, presidente da UGT-RJ, na comissão tripartite ligada a Secretaria Geral da Presidência da República. Nilson

Duarte lembra que Belo Monte não deve seguir o triste exemplo de Jirau, em Rondônia, que, além de impactar a biodiversidade do entorno, violou inúmeros direitos trabalhistas relativos às condições de trabalho e segurança. "Muitos trabalhadores morreram de malária e tiveram seus estados de saúde comprometidos por longas e pesadas jornadas de trabalho. A estrutura urbana e o canteiro de obra eram irregulares". Revoltas, lutas e motins foram protagonizados por

melhores condições de trabalho e envolveram diversas instâncias do poder público, e dos órgãos de segurança.

O Secretário de Relações Internacionais, Otton Mata Roma, defende que a construção da usina "preze pela dignidade e respeito aos direitos trabalhistas e que a população local seja incorporada de forma produtiva no processo da construção, a exemplo da economia local e do comércio, que inevitavelmente, sofrerá uma expansão significativa".

A SEGUNDA MAIOR USINA DO PAÍS

No ano de 2011, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, Pará, foi um dos assuntos que mais ficaram em evidência nos meios de comunicação do Brasil. De um lado ambientalistas criticam o projeto e do outro, os defensores alegam ser uma obra indispensável para o desenvolvimento do país. Nessa guerra de polêmicas, a população fica no meio do fogo cruzado e acaba por não tomar uma decisão se é ou não a favor da obra.

No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país passou a viver um período de grande expansão econômica e, com a am-

pliação dos programas sociais, a população que vivia na linha ou abaixo do índice de pobreza, passou a ser chamada de nova classe média. Esse fator somado ao crescimento da natalidade resultou no aumento do consumo de energia.

A USINA

Belo Monte é a principal obra do PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento). Terá um custo estimado de 28,8 a 30 bilhões de reais e inundará uma área de 440 Km², segundo dados da Eletrobrás. Sua capacidade de produção é de 11 mil MW a tornará a segunda maior do país, gerando 4,4 mil MW, ou 41,6 milhões de MWh/ano que representa 40% de sua capacidade.

Nenhuma usina brasileira gera 100% de sua capacidade. Itaipu produz 61% e Tucuruí, a segunda do país, gera 49% de sua capacidade.

ENERGIA SUSTENTÁVEL

Em todas as discussões que envolvem a construção de usinas, sempre é levantada a possibilidade de utilizar as energias solares ou eólicas.

Essas tecnologias são alternativas para complementação, pois a instalação desses equipamentos ainda é muito mais caro, além de não serem confiáveis para assumir a função principal na geração de energia.

OS POVOS INDÍGENAS

Segundo os estudos de impacto ambiental apresentados pelo governo federal, nenhuma terra indígena será inundada, contudo as lideranças locais questionam a falta de diálogo. É evidente que haverá um impacto no ecossistema local e as tribos indígenas sofrerão modificações, além de ficarem mais próximos do homem da cidade, estando sujeitos a todo o tipo de doenças e violência.

Nos últimos meses, uma verdadeira guerra midiática foi deflagrada por meio da internet e suas redes sociais. Diversas campanhas pró e contra a usina começaram a ser publicadas. Contudo, é preciso redobrar a atenção, pois internet é um veículo de comunicação que apresenta muitas informações e muitas são desconhecidas.



O RESERVATÓRIO NÃO DEVE ATINGIR O TERRITÓRIO INDÍGENA, SEGUNDO A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF



UGT se articula para uma transição justa, de desenvolvimento sustentável, econômico e social

A sociedade civil brasileira vem se mobilizando e se articulando rumo à Rio+20, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá no Rio de Janeiro, em junho de 2012. Várias ações ocorrem em paralelo com a participação em um formato plural, formado por organizações, instituições, movimentos sociais, coletivos e redes da sociedade civil, bem como o movimento sindical. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) vem participando dos preparativos junto ao governo brasileiro, à sociedade civil e ao movimento sindical nacional e também internacional, para contribuir na qualidade de vida do planeta, com planejamento e desdobramentos de metas futuras, visando o mundo que nós queremos.

As sociedades das mais variadas regiões do país vêm provocando diálogos desde 2010, participando e promovendo diversas atividades em diferentes áreas envolvidas com desenvolvimento sustentável. Temas como sustentabilidade, meio ambiente, economia verde, direitos humanos, desenvolvimento, produção e consumo, saúde, trabalho, entre outros, são discutidos de forma ampla, inclusiva e com proposta de qual o mundo que queremos. Paralelo à Rio+20, ocorrerá durante 16 dias o encontro da sociedade mundial, a "Cúpula dos Povos", que clama por Justiça Social e Justiça Ambiental.

É importante a participação de todos, para que o desenvolvimento sustentável transversalize todos os assuntos: tanto no poder empresarial quanto na sociedade civil. E para criar uma consciência dos motivos destes encontros, basta se perguntar: O que eu quero? O que eu espero? Tanto no âmbito mundial quanto do seu próprio local.

Muita gente não tem conheci-

mento, a sociedade civil está aquém da mobilização. O governo fala, mas não chega até a população a promoção, a importância da articulação. E os chamados "comitês facilitadores" da sociedade civil de vários estados têm se mobilizado, como etapa preparatória de metas rumo à Rio+20. Destacam-se os Objetivos do Milênio (ODM) da ONU; os Fóruns Sociais (Mundial e locais); as Conferências para a Mudança Climática (COPs); as oficinas realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), a consulta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) à sociedade civil; a oficina realizada pelo Ministério da Fazenda, entre outros, que com suas ações, preparam a sociedade a se tornar conhecedora e ciente das necessidades mundiais.

O movimento sindical vem colaborando e realizando diversas atividades como as dos dias 10 e 11 de novembro, quando foi realizado o "Seminário Internacional Rio+20 - Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: A Perspectiva do Move-

mento Sindical das Américas", realizado pela Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), que contou com a participação da Confederação Sindical Internacional (CSI) e das centrais sindicais de diversos países.



Cristina Palmieri

FOCO, ATORES E O QUE SE ESPERA DA RIO+20



A Rio+20 tem como foco a economia verde, no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, visando atingir o social, ambiental e econômico. Os atores que articulam o movimento são os países membros da ONU e dentro deste sistema também participamos "majors groups" (Negócio e Indústria, Crianças e Jovens, Agricultores, Povos Nativos e Autoridades Locais, ONGs, Comunidade Científica e Tecnológica, Mulheres e Trabalhadores e Sindicatos), definidos pela Agen-

da 21 em principais categorias, que, através das quais, o cidadão possa vir a participar das atividades da ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fonte extraída do site da Rio+20 explica: "Desde o início da 1ª Cúpula da Terra, em 1992, percebeu-se que o desenvolvimento sustentável não poderia ser alcançado apenas através da atuação de governos, mas que seria necessária a participação ativa de todos os segmentos da sociedade e tipos de pessoas – consumidores, trabalhadores, empresários, agricultores, estudantes, professores, pesquisadores, ativistas, comunidades nativas e outras comunidades interessadas". Daí, a criação das 9 categorias citadas.

"Dentro do processo da ONU espera-se um balanço de compromissos e resultados; os desafios que estão por vir; o conceito de economia verde; um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável; viabilização de mecanismos de implementação; acesso a mecanismos de acompanhamento; questões emergentes e seus desafios: energia, eficiência energética, uso e acesso à água, saneamento básico, cidades sustentáveis, segurança alimentar; segurança climática, biodiversidade, paz e justiça social", explica Cristina Palmieri, integrante do Conselho e da Secretaria Internacional para as Américas e do Comitê de Sustentabilidade da UGT.

E a sociedade civil almeja, com os encontros em paralelo que vêm sendo discutidos dentro das grandes campanhas globais, que se apresenta um plano de governança mundial para o desenvolvimento sustentável; preocupação com os impasses das negociações em curso; quais as diretrizes de uma transição justa para uma economia verde (uma preocupação do movimento sindical, social, entre outros).

A busca por um consumo sustentável mais consciente - livre das ações greenwashing praticado pelo marketing de muitas empresas que divulgam uma falsa imagem de preocupação com o meio ambiente -, a reivindicação pela injusta divisão do trabalho, o desemprego no mundo e o que pode afetar o Brasil no futuro, é o que se espera da sociedade como um todo, para, assim, podermos estabelecer que tipo de alianças serão criadas para o desenvolvimento econômico dos emergentes e uma transição mais justa.

"O movimento sindical teve a oportunidade de, na COP-16 (Cancun-2010), a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - pela primeira vez no sistema ONU relacionado a Meio Ambiente - inserir texto referente às duas campanhas globais por que vem lutando no documento final: a "transição justa", da CSI, e do "trabalho decente e empregos verde", da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para que estas duas campanhas sejam amplamente divulgadas e abraçadas em todos os fóruns de discussão no sistema ONU e na sociedade. A UGT, através de seus dirigentes sindicais, vem participando arduamente e ativamente", destaca Palmieri.



PLENÁRIAS REGIONAIS PREPARAM O 2º CONGRESSO ESTADUAL DA UGT-PARANÁ

A exemplo da Nacional, a UGT Paranaense adotou a realização das plenárias para ampliar participação das bases sindicais

Debater amplamente as políticas públicas de geração de empregos e a participação efetiva dos dirigentes sindicais no processo eleitoral de 2012. Essas foram as duas principais diretrizes tomadas na Plenária da Regional Litoral da União Geral dos Trabalhadores do Paraná (UGT-PR), realizada dia 14 de dezembro em Paranaguá. O encontro foi na sede do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Paraná e Santa Catarina, entidade filiada à UGT e contou com a participação do secretário Nacional de Formação Política da UGT, José Ibrahim e do secretário Geral Nacional, Canindé Pegado.

Essa primeira plenária regional (outras duas, na Regional Norte e Regional Oeste serão realizadas até a primeira quinzena de fevereiro de 2012), segue o modelo adotado pela UGT Nacional que realizou plenárias em todos os estados da federação e no Distrito Federal antes da realização do 2º Congresso Nacional realizado em julho na cidade de São Paulo. “A UGT, de forma democrática promoveu amplos debates em todas as estaduais, formatando uma proposta com base na participação dos sindicatos filiados”, lembrou o presidente da UGT-PR e membro do órgão colegiado da UGT, Paulo Rossi. Da mesma forma, com a promoção de plenárias regionais no Paraná, a UGT busca a opinião e o consenso dos dirigentes sindicais paranaenses para o nosso 2º Congresso Estadual, que será realizado em Curitiba nos dias 2 e 3 de março de 2012.

“A qualidade dos debates e a ampla participação sindical nessa plenária regional, no litoral paranaense, mostra que a UGT-PR está no caminho certo e, sem sombras de dúvidas, é referência nacional em organização e crescimento”, destacou Canindé Pegado. Ele lembrou que a presença das mais de 130 lideranças sindicais nessa plenária é o reflexo de que a UGT-PR vem desempenhando com clareza seu papel de organizar os sindicatos sob os preceitos de um sindicalismo cidadão, ético e inovador.

A Plenária da Regional Litoral teve dois momentos marcantes: o primeiro na noite do dia 13, na Biblioteca Pública de Paranaguá, com a exibição do filme Hércules 56 seguido de um debate com o secretário de Formação Política, José Ibrahim. Na oportunidade um grande número de sindicalistas, estudantes e lideranças políticas e co-

munitárias conheceram um dos protagonistas desse importante momento histórico brasileiro. O filme retrata o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick e sua troca por 15 presos políticos do regime militar, dentre os quais o companheiro José Ibrahim.

PLENÁRIA REGIONAL

Na manhã do dia 14, no anfiteatro do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Paraná e Santa Catarina, mais de 130 lideranças sindicais das mais diversas categorias profissionais, portuárias, de servidores públicos, profissionais liberais, trabalhadores rurais, movimentos estudantis acompanharam atentamente as palestras de José Ibrahim sobre “O papel político e sindical dos dirigentes sindicais nas eleições de 2012” e de Canindé Pegado, sobre “As perspectivas do movimento sindical e qualificação profissional em 2012”.

O movimento sindical tem de integrar todas as instâncias do poder público, nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional, frisou o secretário de Formação Política, José Ibrahim. “Os trabalhadores, líderes sindicais têm um papel significativo no poder, pois é justamente nessas Casas onde são discutidas e implantadas leis que atingem diretamente a classe trabalhadora”, disse Ibrahim.

Por sua vez Canindé Pegado apresentou a realidade emblemática da geração de empregos no Brasil, como a grande rotatividade da mão de obra e da falta de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), na promoção de cursos profissionalizantes e de qualificação para a classe trabalhadora. “Para mudar essa realidade de falta de investimentos, nós temos de estar presentes nos diversos conselhos municipais, estaduais e federais, fiscalizando e promovendo uma melhor distribuição dos recursos arrecadados”, disse Pegado. Ele lembrou ainda que é essencial para a classe trabalhadora produzir uma agenda sindical nacional com objetivos amplos e realistas. “Assim poderemos discutir amplamente com o poder instituído os rumos da economia, da educação, da saúde, da geração de empregos e os demais assuntos de interesse de todos nós trabalhadores”, destacou.

Ao final do encontro os membros da direção nacional, estadual e regional da UGT fizeram questão de registrar o acolhimento do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Paraná e Santa Catarina, presidido pela companheira Isabel Cristina Martins do Carmo. A organização da Plenária lembrou ainda o crescimento da Regional Litoral, que começou com oito sindicatos e hoje já registra 24 sindicatos filiados à UGT das mais diversas categorias profissionais em diversas cidades do litoral paranaense.

“Os mais de 170 sindicatos paranaenses filiados à UGT expressam a dedicação e empenho das nossas regionais: a Norte, presidida pelo companheiro Marcos Ratto, a Oeste, pelo companheiro Nelson Rodrigues e a Litoral, pelo companheiro Jaime Ferreira dos Santos”, destacou o presidente da UGT-PR, Paulo Rossi.



UGT É A CENTRAL QUE MAIS CRESCEU NO ANO DE 2011

Com o fortalecimento do conceito de um sindicalismo democrático, forte, inovador, democrático e plural, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) foi a central sindical que mais cresceu no ano de 2011.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, de janeiro a novembro, a UGT teve um crescimento de 22,2%, saltando de 845 entidades filiadas para 1033, tendo uma estimativa de chegar a 1050 até o fim de dezembro.

Esses números se refletem em representatividade, o que deixa a UGT como a terceira maior central sindical do país com o índice de 7,89%, ficando atrás somente da CUT, com 38,32% e da Força Sindical com 14,12%.

Desde sua fundação, em 19 de julho de 2007, a UGT foi a central sindical que mais cresceu e vem, ao longo dos anos, provando que é possível romper as barreiras do velho sindicalismo e lutar pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora, sem esquecer que políticas públicas sociais interferem, positiva ou negativamente, em todo o mercado de trabalho e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico do país.

Para o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, esses números refletem o trabalho que a central vem realizando pelo Brasil. “Temos apenas quatro anos de existência e já somos a terceira maior central do país. Isso mostra o quanto nossa ideia de fazer um sindicalismo inovador foi bem aceita pela classe trabalhadora brasileira”, explica o presidente.

UGT-PARÁ: ZÉ FRANCISCO É REELEITO E DEFENDE UNIÃO DO ESTADO



Justiça e desenvolvimento Social

Este foi o tema do 2º Congresso Estadual da União Geral dos Trabalhadores (UGT), nos dias 23 e 24 de setembro, no Beira-Rio Hotel, em Belém do Pará. O evento, reuniu dirigentes de 78 sindicatos, quatro federações e a direção nacional da UGT, que debateram as graves questões relativas ao mundo do trabalho e do sindicalismo no Estado do Pará, onde devem ser gerados nos próximos anos cerca de 240 mil empregos, dos 300 mil a serem criados em toda a região Amazônica em função da instalação de megaprojetos como a

Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além dos de extração mineral que, no final das contas, não deixam nada em impostos para o Estado do Pará, mas sim, um grande caos sócio-ambiental.

Participaram da abertura deste importante evento do mundo sindical paraense o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, o secretário geral, Canindé Pegado; secretário de Políticas Sindicais, Francisco Pereira, o Chiquinho; Moacyr Pereira, secretário nacional de Finanças; Mazinho, presidente da UGT de Santa Catarina; Jacira, presidente da UGT Goiás; o vice-governador Helenilson Pontes; o senador Fernando Flexa Ribeiro;

o deputado federal Arnaldo Jordy, entre inúmeras outras autoridades.

O congresso marcou a reeleição de José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, o Zé Francisco, para a presidência da UGT no Estado e também definiu o posicionamento contrário da central em relação ao plebiscito que definia a divisão do Pará, com a criação dos estados de Carajás e Tapajós.

A assembleia ouviu as ponderações dos defensores da divisão, sendo um representante de Carajás e outro do Tapajós, que ressaltaram como um todo, a ausência do Estado como motivo para disseminar, entre as populações dessas regiões, o sentimento separatista.

Defendendo a manutenção do Pará por inteiro, falou o companheiro Gilvan, que disse achar justo os sentimentos desses paraenses, mas ponderando que o Estado do mesmo tamanho tem melhores condições de se desenvolver e que é necessário cobrar e mostrar essas cobranças sobretudo por ocasião das eleições.

Conclamada, a assembleia se posicionou com maioria absoluta, para que a UGT Pará fosse contra a divisão, o que demonstrou sintonia com a população, que no plebiscito realizado dia 11 de dezembro, rejeitou a divisão do Estado.

UGT-ESPÍRITO SANTO: ARI FLORIANO É REELEITO E AMPLIA SEDES REGIONAIS



A UGT Estadual do Espírito Santo (UGT-ES) realizou, nos dias 08 e 09 de novembro, seu 2º Congresso

O evento aconteceu no Centro de Treinamento Alameda Irmã Nieta, na Praia do Canto, em Vitória-ES. Ari Floriano, foi ree-

leito para administrar a entidade nos próximos dois anos. Ele e a nova diretoria foram eleitos por unanimidade e empossados durante a solenidade.

O evento contou com a presença do presidente da UGT-Nacional Ricardo Patah, o Secretário de Organização Política da UGT-Nacional, Francisco Pereira de Souza Filho (Chiquinho), representantes do Governo do Estado, Álvaro Rios, da UGT-Bahia, Raimundo Nonato, UGT-Sergipe, Aroldo Garcia, UGT-RJ, Gledson de Souza José Mirandola Marques, PMN-Nacional, Janete de Sá PMN-ES, o presidente Municipal do DEM-Vila Velha, Fabio Barcellos, várias autoridades do Estado, deputados Estaduais e Federais, presidentes de sindicatos filiados e sindicalistas de todo o Estado.

O presidente Ricardo Patah, em seu discurso, parabenizou toda a diretoria ca-

pixaba pelos dois anos de luta da estadual e lembrou que o estado é importante para o cenário político e econômico nacional, por esse motivo é preciso haver entidades de classe com força e representatividade de base para continuar a luta em prol da classe trabalhadora. A UGT-ES conquistou muito nesses dois anos de fundação. Com a realização de mais um congresso é hora de pensar no futuro e buscar novos horizontes na ampliação pelos direitos da classe trabalhadora no estado, explica o dirigente.

Segundo o presidente da estadual, Ari Floriano, nos dois anos de existência no

estado a UGT-ES já filiou vinte e dois grandes sindicatos em vários municípios capixabas, alguns deles: Sintrahoteis, Sindcondominios, Sintramassas, Sintrades, Sintturos, Sintral, Sindimunicipal Cachoeiro, Sermus, Sindimuc, Sindimucurici e duas federações (Federação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais e, a Federação dos Trabalhadores do Turismo e Hospitalidade do ES), a meta para 2012 é superar este resultado.

NOVA SEDE

A UGT-ES inaugurou no mês de agosto, em Vitória, a sua nova sede estadual e mais duas sucursais, Cachoeiro de Itape-

mirim e Linhares, que oferecem suporte técnico e logístico à seus filiados, com instalações modernas e confortáveis, que servem de pontos de apoios no Norte e no Sul do Estado.

As novas sedes são referências, com uma estrutura organizada, salas equipadas com computadores e maquinários de última geração necessários às demandas dos associados.

A UGT-ES planeja inaugurar até o final de 2012, as sucursais de Colatina, São Mateus, Conceição da Barra, Piuma, e mais alguns municípios que beneficiem logisticamente os objetivos dos seus associados.

Em concorrida cerimônia com a presença de expressivas lideranças sindicais e políticas, a posse do deputado federal Ademir Camilo (PSD) como presidente da UGT-Minas, na segunda-feira, dia 7 de novembro, foi marcada por discursos em defesa da redução da jornada para 40 horas semanais sem redução salarial

O evento reuniu mais de mil convidados nas dependências do SESC Palladium, em Belo Horizonte, onde estiveram membros da direção nacional da UGT, como o presidente Ricardo Patah, Canindé Pegado (secretário Geral), Chiquinho Pereira (secretário de Finanças), além de presidentes de outras estaduais. Nove deputados federais participaram da cerimônia de posse, entre eles o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT), o deputado e vice-presidente da UGT, Roberto de Lucena (PV). O prefeito de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, também prestigiou a posse de Ademir Camilo, que contou ainda com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ainda dirigentes de outras centrais sindicais.

A posse de Ademir Camilo, que encabeçou chapa única no processo eleitoral da UGT-Minas, reforça o espírito de unidade e marca o início de

UGT-MINAS GERAIS: DEFESA DAS 40 HORAS MARCA POSSE DE ADEMIR CAMILO



um novo período de crescimento e fortalecimento da central em Minas.

“Com a diretoria renovada temos a expectativa de continuar crescendo e fazer da UGT a maior central do Estado”, afirmou Ademir Camilo, que durante a posse homenageou com placas alusivas a sindicalistas e autoridades. A filiação de 35 novos sindicatos, durante a cerimônia, contribui para reforçar a expectativa de crescimento.

O presidente nacional da UGT, Ricardo Patah ressaltou que “Minas Gerais é um estado síntese do Brasil. Passado, presente e futuro do nosso país, com economia diversificada. Essa nova direção da UGT tem tudo para consolidar Minas, de ampliar ressaltar e fortalecer o sindicalismo mineiro tanto no Estado como no Brasil como um todo”, destacou Patah.

40 HORAS

A defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial pautou os discursos das lideranças políticas presentes a posse da nova diretoria da UGT-Minas. O presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT) fez rasgados elogios à figura do político e presidente Ademir Camilo, assim como firmou sua função na Câmara na facilitação da negociação e discussão das 40h e demais bandeiras de luta.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, prestigiou o colega de partido e aproveitou para reafirmar que como presidente do PSD, defende também as 40h semanais e a ampliação do espaço dos trabalhadores na vida política e partidária.

UGT-PERNAMBUCO VALORIZA EMPREGABILIDADE E REELEGE GUSTAVO



A questão da empregabilidade passa por, no mínimo, três variáveis: crescimento econômico, distribuição de renda e investimento em educação e qualificação profissional

A empregabilidade pode ser definida como a capacidade que o trabalhador tem de se adequar às necessidades e mudanças do mercado. Com este tema e com as eleições de sua diretoria a UGT-PE realizou o seu 2º Congresso Estadual e eleições da central no dia 24 de novembro no Salão Boa Vista do Recife Praia Hotel.

A questão da empregabilidade passa inexoravelmente por no mínimo três

variáveis: trata-se equacionar com equilíbrio o crescimento econômico com o desenvolvimento econômico e com a educação e qualificação profissional do trabalhador. Em outras palavras, só se pode falar em empregabilidade quando acontece o crescimento aliado ao desenvolvimento econômico com distribuição de renda e investimentos nas políticas públicas de melhoria de vida e principalmente a educação com qualificação profissional do trabalhador, o que pressupõe um ciclo econômico sustentável. E para a realidade vivida em Pernambuco, trata-se de alertar quanto à observância não apenas do crescimento econômico por si, como tanto vangloria-se

o poder público local, mas que o povo pernambucano possa, acima de tudo, acessar a riqueza produto desse crescimento sob várias formas, inclusive com uma boa educação fundamental, média, superior, técnica e profissionalizante.

Participaram da mesa de abertura do 2º Congresso, Gustavo Walfrido, presidente da Executiva Estadual, Ricardo Patah, presidente da Nacional, Maria Bernadete, representando a Federação Nacional das Secretárias, filiada à UGT, Romero Baunilha, presidente da UGT/PB, Valmir Lima, presidente da Feconeste e Raul Jungmann, ex-ministro e ex-deputado federal e consultor da UGT.

O auditório lotou com a participação de aproximadamente 160 pessoas entre os sindicatos filiados à UGT/PE. Após os pronunciamentos dos membros da mesa, Gustavo Walfrido apresentou o vídeo institucional UGT - sindicalismo cidadão, ético e inovador, contendo um panorama geral do que é a UGT, como ela atua, quais as principais ações políticas, eventos públicos de massa, suas instalações, seus convênios e suas parcerias

Após as palestras foi anunciada a chapa para a realização das eleições sindicais da executiva estadual que culminou com a reeleição de Gustavo Walfrido como presidente para um mandato de mais quatro anos.



UGT-RIO GRANDE DO SUL: ÉTICA NA POLÍTICA E SINDICALISMO CIDADÃO



Congresso reforça a união da central na defesa das principais bandeiras da classe trabalhadora sob a ótica de um sindicalismo inovador

A União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul UGT-RS promoveu, dia 25/11, no auditório Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, o 2º Congresso da entidade. Na pauta, temas do mundo do trabalho e eleição da diretoria para os próximos quatro anos foram debatidos.

O 2º Congresso Estadual da UGT-RS, levou à Câmara de Vereadores de Porto Alegre o presidente da UGT Nacional, Ricardo Patah, que reafirmou a posição da Central em relação a um sindicalismo ético, transparente e transformador, justo no momento em que a sociedade aborda com ênfase o combate à corrupção nas esferas de poder.

Dentro da ideia de sindicalismo cidadão,

a UGT já visualiza a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, os impactos dessa realização entre os trabalhadores e a sociedade, assim como o legado que ficará para a coletividade.

Paulo Barck, presidente da Central no estado, destacou o fato de a UGT ter surgido da união de forças em contraste com outras centrais, que resultaram de rupturas.

O encontro, que reuniu cerca de 300 delegados debatendo o tema "O Brasil do século XXI e o papel do sindicato no desenvolvimento da nação" e foi dividido em três eixos temáticos: "Sindicato Cidadão", "Reflexos da Copa do Mundo de 2014 nos Sindicatos", e "Ranking do RS na economia nacional", também contou com a presença do secretário geral da UGT Na-

cional, Canindé Pegado, do deputado Danrlei de Deus Hinterholz, e do vereador Nelcir Tessaro.

Também estiveram presentes nas discussões o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho, os impostos, entre outros temas que são de interesse do trabalhador e que tramitam no Congresso Nacional.



UGT-SANTA CATARINA: OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL



O 2º Congresso da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina reelege Diretoria Executiva para mais quatro anos de mandato

O tema do 2º Congresso da UGT/SC em 17 de novembro e que trouxe a Florianópolis o Senador Paulo Paim para o painel de abertura.

Paim falou dos Desafios do Movimento Sindical e reiterou a importância da UGT na luta contra o fator previ-

enciário, redução da jornada de trabalho, imposto de renda, distribuição de renda através do aumento do salário mínimo entre outros temas que são de interesse do trabalhador e que tramitam no Congresso Nacional.

Representantes das UGTs Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Rondônia, Paraíba, Rio de Janeiro, Pará, Distrito Federal e São Paulo, representado pelo Presidente da UGT Nacional Ricardo Patah, Secretário Geral Canindé Pegado, Adjunto

da Secretaria Geral, Avelino Garcia, Secretário de Formação Francisco Pereira, Secretário de Finanças Moacir Pereira, Secretário Adjunto de Imprensa João Luiz Riedlinger, autoridades convidadas, Dirigentes Sindicais e cerca de 250 Delegados da UGT-SC prestigiaram o evento.

Ricardo Patah destacou a importância do papel da UGT-SC no cenário Nacional. Patah parabenizou a Diretoria Executiva e lembrou que Santa Catarina é um dos Estados onde a UGT mais cresceu em número de sindicatos filiados e vem dando exemplo para todo o Brasil.

Waldemar Shulz Júnior (Mazinho) saudou a todos e agradeceu aos companheiros e companheiras de todos os sindicatos filiados pela oportunidade de presidir mais uma vez a UGT-SC, e agora junto com a nova Executiva formada pelos companheiros Professor Carlos Magno da Silva Bernardo, Sônia Goulart Carnevalli, Rui Roesner, Mário José de Souza Leal (Marinho), Tiago José Wagner e Gildo Antonio Alves, prometeu dar continuidade nas ações em favor dos trabalhadores e planejar nos próximos quatro anos a busca de novos filiados para consolidar a nossa posição de maior central do estado de Santa Catarina.



UGT LUTA POR MAIOR ARTICULAÇÃO PARA MAIS IGUALDADE

Com participação na Conferência Nacional para Mulheres, a UGT chega perto de fazer valer os direitos da mulher trabalhadora, contra a injustiça social

Conquistar a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) da Igualdade, para que façam valer as políticas públicas para as mulheres, é bandeira da União Geral dos Trabalhadores (UGT), junto às demais centrais sindicais e movimentos sociais. Através de Conferências Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres e Seminários para a Igualdade, levantaram-se debates e foram formuladas propostas encaminhadas para a 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPMP), realizada em Brasília, entre os dias 12 e 15 de dezembro, com a presença de representantes eleitas da União Geral de Trabalhadores (UGT), para articular e fazer aprovar as propostas ligadas ao PL de Igualdade e defender as ratificações das convenções 156 (igualdade de oportunidade) e 189 (direitos dos empregados domésticos).

No ensejo de uma mulher representar o Brasil, na figura da presidente Dilma Rousseff, representantes dos trabalhadores e da sociedade

de civil almejam conquistar um Brasil de oportunidade para todos (homens e mulheres), sem preconceitos, sem miséria, discriminação ou exclusão, autonomia política, com um PL capaz de coibir práticas discriminatórias no trabalho urbano e rural.

A preocupação da UGT junto às outras centrais em torno da aprovação dos PLs da Igualdade (PLs 4857-A/2009 e 6653/2009) dos deputados Alice Portugal e Valtenir Pereira, além do PL do Senado 136/2011 do senador Inácio Arruda, se intensifica e pôde ser observada durante o Seminário Mulheres Unidas pela Promoção da Igualdade promovido pela UGT, CGTB, CTB, Força Sindical e Nova Central, realizado na sede da UGT, em setembro, em São Paulo.

A senadora Marta Suplicy esteve como convidada, porém, deixou a desejar as expectativas em torno de um debate proveitoso e de apoio do governo ao PL. A senadora apenas salientou o empoderamento feminino e sua sensualidade, na sociedade de consumo. Para Cássia

Cássia Bufelli: vamos nos envolver e nos formar em política. Nosso trabalho é militância e sindicalismo.

Bufelli, secretária das Mulheres da UGT, o ponto de partida por parte da bancada política em não discutir propriamente o PL, é preocupante. "Temos um esforço conjunto de todas as centrais. E isso depende de nós para que o PL seja aprovado. O trabalho não é fácil e devemos lutar por algo que acreditamos mesmo. Vamos nos envolver e nos formar em política. O nosso trabalho é militância, sindicalismo e é este o trabalho que temos pela frente! Com o trabalhador sendo explorado, ganhando pouco", exclama a secretária da UGT.



A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL NAS CONFERÊNCIAS

Foi na 1ª Conferência Nacional para a Mulher (CNPMP), em 2007, que se estabeleceu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), do governo federal, que tem como meta reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso País. "As Conferências servem para dizer quais as políticas que vão compor o PL de Igualdade da Secretaria para a Mulher (SPM). Um plano de igualdade para a sociedade", enfatiza Cássia Bufelli.

E rumo à 3ª CNPM, foram realizadas as Conferências Municipais, quando o movimento sindical ficou com 40% das vagas, totalizando 8 da UGT. E no final de outubro, durante a Estadual, Joyce Ribeiro e Patrícia Santos (da Secretaria de Diversidade do Sindicato dos Comerciantes de SP) foram eleitas titulares junto à suplente Jaqueline Mendonça (Sindicato da Indústria de Joalheria, Bijuteria e Lapidação de Gemas do Estado de São Paulo - Sindijoias), para representar a UGT na Conferência Nacional, com as demais centrais sindicais, onde Bufelli participou como convidada.

Delegação do governo e da sociedade civil estiveram na CNPM e a representação do movimento sindical foi importante para buscar a aprovação de propostas prioritárias. "A gente luta principalmente, dentro de dois eixos temáticos: a autonomia do trabalho e igualdade de gênero e o enfrentamento da violência contra as mulheres. A importância de ter o movimento sindical na representação é defender o PL de Igualdade, a ratificação das Convenções 156 e 189. Por isso é importante uma representação grande de delegadas, para que este PL, que está desde 2009 em tramitação na Câmara dos Deputados, possa ser votado. É um instrumento de valor para a mulher no mercado de trabalho e na sociedade", defendeu Joyce.

A 3ª Conferência reuniu 2,5 mil delegadas de todas as partes do País, resultado de um processo democrático que envolveu as mulheres engajadas, organizações e órgãos de governo. As resoluções votadas e aprovadas durante a Conferência serão sistematizadas, compiladas e conduzidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) aos órgãos compatíveis e competentes.

"A votação do PL da Igualdade significa uma vitória para as centrais sindicais, uma vez que é um projeto feito para a classe trabalhadora. O debate do PL é para desmistificar que a mulher fica apenas com o lado de cuidar da família, quando fala do PL é trazer para o mundo a igualdade e dar a mesma função tanto ao homem quanto à mulher", exemplifica. A inclusão da Cipi (Comissão Interna Pró-Igualdade) e do Cerad (Cadastro de Empresas que praticam a Promoção de Igualdade) no PL, para garantir maior proteção às trabalhadoras tanto no meio urbano quanto no rural, é assunto a ser destacado. "A aprovação da Cipi e do Cerad seria ponto contributivo para a bancada dos trabalhadores, porque atuaria nas empresas e estas ganhariam o selo SPM, da Secretaria para as Mulheres, uma espécie de certificado de promoção pela igualdade de gênero e raça", explica Joyce Ribeiro, assessora da Secretaria da Mulher da UGT e representante da entidade na Conferência Nacional.

UGT FORTALECE O ENFRENTAMENTO AO

Um adolescente de 16 anos, homossexual e residente em uma pequena cidade do interior brasileiro, é aliciado com a promessa de ganhar muito dinheiro com prostituição em alguma capital do País. Mas para isso, o jovem precisava injetar silicone industrial para se caracterizar como mulher e, desta maneira, faturar mais.

Em um curto espaço de tempo, a perspectiva de lucro dá lugar à realidade em que é preciso pagar uma porcentagem alta para o seu aliciador, somados ao aluguel do apartamento onde reside e a alimentação que recebe. Desta maneira, o jovem acaba pagando para trabalhar e se dá conta de que virou escravo.

TRÁFICO DE PESSOAS

Com foco na elaboração de medidas que fortaleçam as ações, o Ministério da Justiça, juntamente com representantes da sociedade civil, construiu o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Em menos de um ano, o rapaz consegue fugir e voltar para sua cidade natal, mas sem perspectiva profissional, sua única opção é voltar à prostituição. Para piorar a situação, como o silicone usado em seu corpo não é o adequado, diversos problemas de saúde começam a aparecer.

Esta história parece a sinopse de um filme, mas foi um dos casos relatados durante o 2º Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que aconteceu de 07 a 09 de novembro, em Recife, Pernambuco.

O evento promovido pelo Ministério da Justiça reuniu representantes de ministérios e secretarias de Estado, governos estaduais e municipais, organizações que atuam, diretamente, no enfrentamento e no atendimento às vítimas, além de representantes de movimentos de proteção e promoção de direitos éticos, raciais, de gênero, das crianças e dos adolescentes, LGBT, de profissionais do sexo, pesquisadores, profissionais ligados a repressão e responsabilização dos crimes, juristas, entre outros.

Com o objetivo de construir o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), que terá validade até 2016, o encontro discutiu a atuação do Brasil no enfrentamento a este crime.

Como entidade que representa a classe trabalhadora e que luta pelo fortalecimento de políticas públicas que ampliem a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, as ações em prol dos direitos humanos, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) teve participação direta e fundamental na elaboração do II PNETP.

Para Luís Antônio Camargo de Melo, procurador geral do Ministério Público do Trabalho, o enfrentamento ao tráfico de pessoas tem de ser observado de uma forma

ampla, múltipla e transversal. “Para isso é fundamental a contribuição da UGT nesse processo de construção do Plano Nacional já que os sindicatos, as federações, as confederações e as centrais sindicais são representantes diretos da classe trabalhadora e da sociedade civil e, nessa hora, o que mais se precisa fazer é organizar as ações conjuntas entre o poder público e a sociedade civil”, explica o procurador.

II PLANO NACIONAL

“Espero que o projeto se concretize e que, como ONGs e sociedade civil possamos acompanhar as ações do governo e a aplicação, na prática, das propostas votadas nesse encontro”, diz Maria Guilhermina Cunha Salarário, da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEDH).

O II PNETP é um conjunto de propostas elaborado durante as 37 plenárias aconteceram no Brasil e outras 20, que foram realizadas em outros países.

Com validade de quatro anos, o Plano reflete a visão, os anseios e os compromissos dos atores que trabalham no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

“A partir da construção desse Plano, fortalecemos a luta contra a violação dos direitos humanos de trabalhadores que migram para outros países e são constrangidos por



Em Recife especialistas debatem diversas propostas para a elaboração do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

seus empregadores”, esclarece Paulo Abrão, secretário nacional de Justiça.

O ENFRENTAMENTO

“As delegações que participaram do encontro, produziram contribuições valiosas para o fortalecimento do enfrentamento, mas o diálogo entre o governo e a sociedade civil é o maior avanço na implantação do Plano Nacional”, expõe Ricardo Maurício Freire Soares, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia.

As ações, a partir do momento em que entrar em vigor o II PNETP, avançarão as medidas de enfrentamento ao crime de tráfico de pessoas, reforçando as atuações de combate a imigração e ao trabalho análogo a escravidão, principalmente no que corresponde à Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Para a UGT, que já participa da

campanha mundial Jogue Limpo (Play Fair), que busca ampliar o conceito de trabalho decente, sustentabilidade ambiental e transparência de gastos nas obras de infraestrutura para a Copa e Olimpíadas, a capacitação de jovens em situação de risco social é um projeto, essencial, para o enfrentamento ao tráfico de pessoas durante a realização dos mega eventos esportivos no Brasil.

Segundo a Ministra de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Rosário, “as centrais sindicais cumprem um papel importante de alerta aos trabalhadores e às trabalhadoras que estão nas condições mais precárias em que, muitas vezes são vítimas de violação de direitos humanos terríveis, como: cárcere privado, trabalho análogo à escravidão, terem os documentos retidos, entre outras situações”.



O II Plano PNETP reflete a visão, os anseios e os compromissos dos atores que trabalham no enfrentamento ao tráfico de pessoas

DURANTE O ENCONTRO, O PNETP FOI DIVIDIDO EM CINCO LINHAS DE ATIVIDADES E METAS QUE FORAM DISCUTIDAS E VOTADAS:

- Aperfeiçoamento da normatização e do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Integração e fortalecimento das operações e sistemas das políticas públicas, redes de atendimento e organização para uma efetiva atuação de serviços necessários;
- Capacitação para o enfrentamento;
- Produção, gestão e disseminação de informações e conhecimento;
- Campanhas, mobilização e incidência para fortalecimento de ações de enfrentamento.

Em novembro de 2010, Belo Horizonte, Minas Gerais, sediou o primeiro encontro do grupo de trabalho que avaliou as ações e a atuação do I PNETP. O primeiro Plano teve como objetivo ampliar as discussões, fazer um levantamento das vítimas e traçar um perfil dos aliciadores e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Brasília recebe sindicalistas na HOMENAGEM À UGT

Os quatro anos de luta da Central em prol da classe trabalhadora foram lembrados por parlamentares, trabalhadores e trabalhadoras



O presidente da UGT, Ricardo Patah, voltou a ressaltar a necessidade de ampliar a base de parlamentares ligados aos trabalhadores. "Só assim mudaremos esse País". Abaixo, o Deputado e vice-presidente da UGT, Ademir Camilo

Mais de 500 trabalhadores de diversas partes do Brasil, junto com parlamentares e representantes de entidades sindicais participaram, no dia 3 de outubro, no Congresso Nacional em Brasília, da sessão solene especial em homenagem aos 4 anos da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Como entidade democrática, plural e de unidade que representa os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, em diversas categorias profissionais, a UGT luta pela construção de um sólido programa de desenvolvimento para o Brasil, que busque ampliar os direitos trabalhistas e na área social melhora, urgentemente, para melhor qualidade de vida da população, amplie a distribuição de renda, modifique a política de juros altos, o sistema de transporte e saúde e ofereça educa-

ção de qualidade. Além de erradicar, definitivamente, a pobreza e todas as formas de preconceito e discriminação da nossa sociedade.

Durante a cerimônia, promovida pelo deputado federal e vice-presidente da UGT, Roberto de Lucena (PV-SP), foi destacada a trajetória de luta e o crescimento da entidade que, atualmente, é a terceira maior central sindical do Brasil. "A UGT é uma entidade que vai contra os interesses do grande capital e defende, veementemente, a classe trabalhadora, por isso cresceu tanto em tão pouco tempo", explica o deputado.

Lucena ressaltou o trabalho desempenhado pelo presidente nacional da UGT Ricardo Patah que, diante de todas as dificuldades fez com que a entidade se projetasse no mundo sindical e cenário político nacional como protagonista na

construção de políticas públicas que busca o crescimento do Brasil com melhor qualidade de vida para a população.

Diante de tantas manifestações de apoio ao sindicalismo inovador e democrático exercido pela UGT, destacam-se os deputados que se dirigiram à tribuna e divulgaram suas manifestações favoráveis às bandeiras de luta defendidas pela UGT, como redução da jornada de trabalho sem redução de salário e o fim do fator previdenciário.

Os deputados Mauro Benevides (PMDB-CE), Ademir Camilo (PDT-MG) e presidente da UGT-MG, Sérgio Brito (PSC-BA), Edson Araújo (PSL/MA), Francisco Escórcio (PMDB-MA) e Guilherme Campos (DEM-SP) expressaram total apoio a causa uge-tista, ressaltando o crescimento de sua base, o que fortalece politicamente a entidade, além de parabe-



nizar a atuação da central em prol de um Brasil melhor para a população.

Para Ricardo Patah, a homenagem feita pelos parlamentares representa o reconhecimento de um conjunto de ações voltadas não

somente para os trabalhadores e trabalhadoras guardados (as) pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas também para as categorias que estão às margens da informalidade.

Patah ressaltou ainda que a UGT foi o primeiro exemplo de unificação da classe trabalhadora do Brasil, pois enquanto acontecia à divisão no

movimento sindical, nascia a UGT da união entre três centrais. "Por conta disso nosso nome é União Geral dos Trabalhadores", explica o presidente.

O dirigente ressaltou ainda que é de fundamental importância pa-

ra a luta da classe trabalhadora que, nas esferas governamentais estejam políticos comprometidos com as causas populares. "É preciso que mais gente da base trabalhadora esteja aqui como deputados e deputadas, pois só assim conseguiremos mudar nosso país. Ainda há um desequilíbrio muito grande entre os parlamentares que têm compromisso com a classe trabalhadora e os que não têm. Por isso, a UGT apoia que seus filiados participem das eleições municipais, pois quanto maior o número de pessoas comprometidas com os trabalhadores e trabalhadoras, mais equilíbrio, transparência e democracia teremos no nosso país", conclui Patah.

POR UM BRASIL MELHOR, UGT APOIA A PREMIAÇÃO ODM BRASIL



Mobilizações fortalecem os fóruns sociais

Nas ações sociais por um sindicalismo ético e cidadão, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) traz em suas bandeiras a igualdade de condições e erradicação da miséria. Engajada na luta pelo trabalho decente, a entidade desenvolve atividades em prol dos 8 Objetivos do Milênio (ODM) estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU), para que, em 2015, as metas sejam alcançadas por um mundo melhor. Foi focada nesse compromisso que, em outubro de 2011, a UGT apoiou as ações do movimento “Nós Podemos São Paulo”, na ocasião do lançamento da 4ª edição do Prêmio ODM Brasil, realizado na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), quando reuniu mais de 400 pessoas. A cada estado, um movimento Nós Podemos, e a cada lançamento estadual da premiação, que acontecerá em 2012, a UGT se faz presente.

Em São Paulo, por exemplo, autoridades e representantes do governo ressaltaram a importância da ação conjunta da sociedade civil junto aos governos municipais, estaduais e também federal. O presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, lembrou da importância da luta do movimento sindical nas conquistas para uma melhor educação, redução da jornada de trabalho e o fim do fator previdenciário. São bandeiras de luta que, se conquistadas, ajudam a alcançar as metas do Milênio, independente de partido ou central.

“Precisamos lutar por melhor educação, melhores salá-

rios. Hoje, por mais que o Brasil seja a sétima potência, ainda temos dificuldades extraordinárias: problemas de renda e educação. Com esses objetivos alcançados, vamos estar mais informados e capacitados e teremos mais chances de alcançar estas metas. Mas não basta ficar só no discurso, sem participação! Precisamos sair às ruas. O Brasil é grande, o Brasil é maravilhoso e o povo é o melhor povo do mundo e vamos alcançar, juntos, os ODM!”, chamou a atenção Patah, para a sensibilidade do povo brasileiro no trato com os grandes problemas.

Para melhor avaliar o desempenho da agenda social brasileira, o governo federal criou, em 2004, o Prêmio ODM Brasil. Através do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, conhecido como Nós Podemos, incentiva as importantes e criativas ações da sociedade civil e de governos municipais, representados em projetos que ajudam o País a atingir os ODM.

Pelo viés musical e representando a presidente Dilma Rousseff e o secretário da Casa Civil, Gilberto Carvalho, o secretário executivo, Rogério Sottili, frisou como o Brasil, através da emoção, se diferencia para enfrentar os grandes problemas da sociedade e a importância de agentes transformadores sociais atuarem junto com o governo para, apenas assim, chegar no cumprimento das metas do Milênio.

“É impossível atingirmos os ODM apenas com a atuação do governo. A participação das prefeituras, Estados, das organizações sociais e movimentos da sociedade é fundamental para isso. A transformação que todos nós queremos vai além das mudanças de nossas estruturas. Trabalhar com as metas do milênio significa mover o mundo em torno da redução das desigualdades sociais e criação de oportunidades para todos. Os ODM são uma ação política planetária. Um compromi-

so das nações ricas e pobres com o ser humano, sua dignidade e cidadania”, pontuou o Sottili.

O secretário da presidência, através dos programas de governo como Brasil sem Miséria, Bolsa Família, Luz para Todos, distribuição gratuita de medicamentos, deu um panorama de ações que o governo federal vem fazendo que tem relação com as metas dos ODM, porém, como fez questão de deixar claro, é imprescindível a democracia participativa da sociedade.

Há estados que estão no topo do desenvolvimento, porém, muitos de seus municípios ainda vivem uma profunda desigualdade social. Por um Brasil longe da linha da pobreza, eis o principal foco que move todas as ações sindicais, sociais e governistas. Para isso, é preciso atuar em todos os ODM, governo e sociedade civil.

HISTÓRIA DE QUEM FAZ

Etnia, cultura, classe social, desigualdade, dor, cor, preconceitos e exclusão. São estes os personagens diários da Associação de Anemia Falciforme de São Paulo (Aafesp), entidade que recebe amigos, familiares, pessoas com a enfermidade e que tem como objetivo acabar com a mortalidade infantil e o combate ao racismo, inseridos nos ODM. E por atuar nessas frentes, a Aafesp foi

uma das organizações sociais premiadas pelo ODM Brasil 2005, ao procurar instruir a população na prevenção da doença - que atinge, em sua maioria, a população afrodescendente - através do documentário, “Anemia falciforme e profilaxia”.

Berenice Kikuchi, diretora e presidente fundadora da Aafesp, e Evaristo dos Santos, diretor de políticas públicas da entidade, os responsáveis pelo projeto, tomaram conhecimento dos ODM, após a realização do vídeo, quando, então, foram premiados.

“A anemia falciforme é muito desconhecida e isto resulta em alta mortalidade (que atinge até 25% das crianças até 5 anos), é repentina e leva à morte em 24h. Os socorristas não estão adequadamente preparados para combater a crise”, relata Berenice. Ao se deparar com o alto índice, sentiram a necessidade de encontrar uma forma de despertar a consciência nas pessoas. “Fizemos folhetos e informações escritas. Mas a linguagem visual fixa mais que a leitura e acabamos optando pelo vídeo, realizado pelos alunos das nossas oficinas, que já tinham feito o ‘Água de beber’ (2004)”, explica ela como se chegou ao documentário.

Já conscientes das metas do Milênio, pensaram em um nono obje-



BERENICE KIKUCHI, DIRETORA E PRESIDENTE FUNDADORA DA AAFESP



tivo, para que acabasse com o racismo, uma vez que, das raças excluídas, a população negra ainda é maioria. O resultado foi o documentário "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sem o Racismo", em 2006. E a cada ano, a entidade procura trabalhar um tema dos ODM com o foco racial. Para retratar a mortalidade infantil, fizeram a "A mãe do corpo" (2009) – que trata do câncer de colo do útero em mulheres negras (objetivos 4 e 5) –, quando estiveram entre as 10 melhores práticas de Organizações Não Governamentais (ONGs). "Este ano estamos trabalhando o objetivo 7, com o documentário 'Mananciais do Cambiri' (de Ferraz de Vasconcelos, em SP), que aborda a questão da recuperação e manutenção", antecipa a diretora.

Atuante desde 1988 nos problemas que atingem a população negra, a Aafesp trabalha em diversas frentes, para que, por meio de políticas públicas, possa trabalhar o combate da anemia falciforme no Brasil e no mundo. Se controlada, a redução da mortalidade pode chegar a 1%, é o que diagnosticou

o HemoRio (Instituto Estadual de Hematologia do Estado do Rio de Janeiro). E detectar é simples, basta fazer o teste do pezinho. A Aafesp vem contribuindo por ser pioneira em trazer as informações para a rua no combate à mortalidade infantil no Brasil e América Latina. Vale lembrar, que em 2001 o movimento cresceu e o governo começou a implantar o programa em vários estados. Dez anos depois, pôde-se observar que no Rio, o índice de mortalidade caiu até 2,5%. Orientar no controle, como mostrar a importância do uso da penicilina profilática nas crianças, também é primordial.

O QUE É?

A ANEMIA FALCIFORME COM PREVALÊNCIA MÉDIA DE 1 ENTRE 380 NASCIDOS VIVOS, NOS AFRO-DESCENDENTES NAS AMÉRICAS É DOENÇA GENÉTICA, INCURÁVEL E COM ALTA MORBIMORTALIDADE. A CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DA DOENÇA É A DEFORMAÇÃO QUE CAUSA NA MEMBRANA DOS GLÓBULOS VERMELHOS DO SANGUE. ANEMIA É UMA EXPRESSÃO QUE IDENTIFICA UM NÚMERO REDUZIDO DE GLÓBULOS VERMELHOS OU NÍVEL DE HEMOGLOBINA INFERIOR AO NORMAL. OS DOENTES FALCIFORMES TÊM ANEMIA CRÔNICA, POR CAUSA DA DESTRUIÇÃO PRECOCE DOS GLÓBULOS VERMELHOS.

CONHEÇA A AAFESP:
www.aafesp.org.br
11 3223-7261 - Ramal: 220
anemiafalciforme@terra.com.br

O ESTATUTO DA JUVENTUDE OU A LEI DA MEIA ENTRADA?

Foi aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de outubro de 2011, o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens e também sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Apesar da conquista, grandes veículos da mídia reduziram o amplo texto do estatuto à "Lei da Meia Entrada".

Veículos de comunicação como "Veja" e "G1" preferiram ignorar anos de trabalho, com muitos debates e construções coletivas que envolveram, em todo país, representantes governamentais, parlamentares e organizações da sociedade civil ligadas ao tema, em especial às que fazem parte do Conselho Nacional da Juventude para, abertamente reproduzir em seus espaços teses de interesse da FIFA, do Comitê Olímpico Internacional (COI) e das grandes corporações que orbitam no universo dos megaventos esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos.

O portal de notícias G1 dedicou seu precioso cyber espaço para especular sobre a lucrativa cobrança dos ingressos para a Copa do Mundo e no mesmo dia da aprovação do estatuto publicou: "a decisão sobre a cobrança de meia-entrada em jogos da Copa de 2014 será discutida entre a Fifa e os governos estaduais", uma vez que não há lei federal que conceda o direito".

Segundo a Veja: "Os brasileiros permanecerão 'jovens', com direitos especiais, até os 29... Quem, aos 29, sendo estudante, não tem renda para pagar o ingresso de



João Marcos Vidal, secretário de juventude da UGT

um show não merece ir ao show, ora essa! Deveria estar comendo capim" (Por Reinaldo Azevedo).

Este último merece especial destaque, pois tratou o estatuto como o conjunto de direitos "especiais" para comedores de capim.

É inacreditável! Com todo respeito à liberdade de expressão, mas o que, senão muito interesse em jogo, leva esta revista a publicar uma frase desta?

Será que no país deles é direito especial o disposto no inciso "V" do artigo 17 do Estatuto da Juventude que praticamente implora por uma eficaz fiscalização da aplicação do artigo 429 da CLT que diz respeito à reserva de vagas em empresas para a contratação de aprendizes, regra, no geral, desrespeitada pelo setor empresarial, mas que se traduz em uma importante ferramenta para inserção decente dos jovens no mercado de trabalho?

Ou de fato acreditam que a ju-

ventude trabalhadora da região do Itaquerão, que trabalha no centro da capital paulista – no mercado informal na maioria dos casos – e que não pode se dar ao luxo aristocrático de se dedicar somente aos estudos não carece de direitos a exemplo do previsto no mesmo artigo do Estatuto da Juventude, agora em seu inciso III: oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo?

São somente dois exemplos dentre os 60 artigos que compõem o Estatuto da Juventude, cuja aprovação está sendo comemorada pela maioria esmagadora dos 51 milhões de jovens brasileiros, não porque poderão ter direito à meia entrada nos mega eventos esportivos que se avizinham, afinal para estes, nem a metade do preço lhes garantirá acesso, mas sim pela esperança de ter direitos e políticas públicas específicos para um segmento social que só foi reconhecido na Constituição Federal no ano passado, mas já é conhecido desde muitos anos pela sua especificidade nas maiores taxas de desemprego, nas maiores taxas de mortalidade e violência, nas maiores taxas de vulnerabilidade social dentre outras desigualdades.

Portanto, se querem mesmo que o Brasil se desenvolva por "inteiro", esqueçam um pouco da "meia" entrada e invistam na juventude para não termos no futuro uma crise de falta de capim... E a aprovação do Estatuto da Juventude no Senado é uma boa oportunidade para isso.

De olho no futuro do Brasil

José Dirceu reafirma que o País está no caminho do desenvolvimento e que venceremos nova crise com crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda

O ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, esteve na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT), no dia 19 de setembro, minis-

trando uma palestra que fez parte do ciclo de debates "Aspectos da Conjuntura Brasileira", promovida pela central.

Dirceu é advogado e tem uma

longa história de luta. Atuou como líder estudantil, foi detido na época do regime militar e trocado, juntamente com outros 14 presos políticos, pelo embaixador norte-ameri-



cano Charles Burke Elbrick. Viveu exilado e, posteriormente, na clandestinidade. No governo do ex-presidente Lula, assumiu a Casa Civil, foi cassado e está inelegível até 2015.

Durante sua visita à sede da central, o ex-ministro concedeu uma entrevista para a revista da UGT e falou sobre o risco da crise que assola o mundo e a democratização da comunicação, principalmente depois do caso em que um repórter da revista Veja foi flagrado tentando adentrar o quarto de hotel onde Dirceu estava hospedado, em Brasília.

REVISTA DA UGT - A UGT vem realizando diversos encontros com personalidades do cenário político, independentemente de ideologia partidária, para debater, com os dirigentes sindicais os Aspectos da Conjuntura Brasileira. Como você avalia essa iniciativa?

JOSÉ DIRCEU - É fundamental discutirmos os problemas do Brasil. Muitas questões colocadas na pauta dos debates da UGT são importantíssimas para o desenvolvimento do País. Tendo em vista o objetivo brasileiro de chegar a 2020 como uma das cinco maiores economias mundiais, tenho ressaltado a importância de investirmos pesado em Educação, tecnologia e inovação, para responder às necessidades crescentes de aumento de nossa produtividade e competitividade.

REVISTA DA UGT - O mundo está vivendo a ameaça de uma nova crise financeira. A postura do governo brasileiro está correta?

JOSÉ DIRCEU - O Brasil, de fato, avançou muito nos últimos anos e as centrais sindicais foram de fundamental importância neste processo. Por meio da atuação dos sindicatos, nossos trabalhadores tiveram o seu esforço valorizado e conquistaram uma série de direitos, como a recomposição de perdas salariais. Além disso, o papel dos trabalhadores nas mesas de negociação permanente foi decisivo para que o país alcançasse uma política consistente de ampliação da renda, um dos pilares do crescimento econômico.

REVISTA DA UGT - Em 2008 a geração

de empregos e o aquecimento da economia interna foram combustíveis que aceleraram a saída do Brasil da crise que havia se instalado, mas a população se endividou. No caso de uma possível nova crise o país está vulnerável ou poderá usar o mesmo artifício?

JOSÉ DIRCEU - Apesar desta consequência negativa, as ações tomadas pelo Presidente Lula foram acertadas e a crise de 2008, que poderia causar graves sequelas ao Brasil, não passou de uma marola, ao contrário do diagnóstico feito pelas alas mais pessimistas. A Presidenta Dilma acerta ao manter os eixos dessa fórmula, porque o pior cenário é o que acontece hoje com a Europa, que tomou medidas de contenção de gastos e está colhendo baixa atividade econômica e altos índices de desemprego. Não queremos isso no Brasil, por isso, é importante ampliar e fortalecer o mercado interno e melhorar a distribuição de renda.

REVISTA DA UGT - Durante o governo Lula, uma das metas da administração foi ampliar os debates em relação à democratização da comunicação no país. Qual a importância desse tema para o desenvolvimento do Brasil e fortalecimentos da nossa democracia?

JOSÉ DIRCEU - A comunicação é uma atividade crucial para a democracia e não podemos pensar em qualquer tipo de regulamentação que não permita ampliar as possibilidades de livre expressão do pensamento e assegurar o amplo acesso aos meios de comunicação. São esses os princípios que o PT defendeu no seu congresso. Além disso, é preciso reduzir a concentração no setor, oxigenando a competição e diminuindo o poder dos barões que controlam a opinião na mídia. Não podemos, por exemplo, permitir que digam que regulamentação de mídia é censura, pois quem é contra a regulamentação de mídia no Brasil na verdade defende que a imprensa atue sem regras, o que é um absurdo.

REVISTA DA UGT - Apesar de o Brasil necessitar de maior democracia nos meios de comunicação, alguns veículos insistem em classificar essa ação como censura. Esses veículos são aos mesmos que deram aula de antijornalismo ao invadir sua privacidade. Como



“É fundamental discutirmos os problemas do Brasil. Só assim encontraremos soluções para os desafios que ainda enfrentamos”

você encara essa situação?

JOSÉ DIRCEU - Isso nada tem a ver com censura. Fixar regras para uma atividade profissional não é impedir o exercício dessa atividade, mas estabelecer normas para exercê-la. Ocorre que a grande mídia só considera democrática a crítica que faz, classificando as que recebem como tentativas de calar a imprensa. Mas esse debate não tem relação com a invasão de privacidade e outras ilegalidades que a revista Veja cometeu, porque este é um caso de polícia, não de regulamentação de mídia.

REVISTA DA UGT - Será que é preciso a construção de uma nova Lei de Imprensa para substituir a que vigorou de 1967 a 2009?

JOSÉ DIRCEU - A Constituição brasileira protege da mesma maneira o direito à informação, à liberdade de imprensa, o direito de imagem e o direito de resposta. Na prática, não é isso que existe. A lei de imprensa tinha que ser revogada, pois uma nova regulamentação tem condições de suprimir muitas lacunas que existem hoje.



OIT LANÇA ESTUDO SOBRE TRABALHO ESCRAVO

O documento que busca evidenciar os principais fatores relacionados ao trabalho escravo contemporâneo é um importante passo na luta contra esse crime

O Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil divulgou um estudo inédito intitulado "Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil". O estudo traça o perfil dos atores envolvidos na escravidão contemporânea (trabalhadores resgatados, aliciadores – os "gatos" – e proprietários rurais). Está baseado em entrevistas qualitativas realizadas junto a esses atores e tem como objetivo desenvolver a base de conhecimentos e reflexão sobre o tema e subsidiar a elaboração de políticas que possibilitem avançar de forma consistente e definitiva rumo à verdadeira abolição do trabalho escravo no Brasil.

O estudo foi lançado durante o I Encontro Nacional das Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, com a presença da diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, e do Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, Luiz Antonio Machado.

"O trabalho forçado constitui a mais clara antítese do trabalho decente", afirma, no prólogo da publicação, a Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo. Em 1995, o Brasil reconheceu oficialmente a

existência de formas contemporâneas de escravidão no país. "Esse ato constitui um marco e um passo importantíssimo no esforço para enfrentar e erradicar esse crime. Desde então, o país vem desenvolvendo uma série de estratégias e instrumentos para combater essa prática, que avilta a dignidade humana", escreve Laís Abramo.

A escravidão contemporânea é expressão de uma situação de grande vulnerabilidade e miséria que ainda afeta importantes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. A falta de alternativas de trabalho decente para um contingente de pessoas que não possui qualquer qualificação profissional e a relativa fragilidade das redes de proteção social, obrigam os trabalhadores, em muitas situações, tanto no campo quanto na cidade, a aceitarem condições precárias e degradantes de trabalho, na qual sua dignidade e liberdade são violentadas.

Apesar da complexidade do problema, o Brasil é considerado um dos países que mais avançaram no

combate a essa prática e é apontado como referência mundial, devido à capacidade de articulação entre o governo, a sociedade civil, o setor privado e organismos internacionais. Entre 1995 e os dias atuais, mais de 40.000 trabalhadores foram resgatados dessa condição.

O estudo foi realizado no âmbito do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo e Combate ao Tráfico de Pessoas, implementados pelo Escritório da OIT no Brasil, que contou com o apoio dos governos da Noruega e dos Estados Unidos da América. A pesquisa foi realizada por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras que colaboram com o Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPTec/UFRJ): Maria Antonieta da Costa Vieira (coordenação geral), Regina Ângela Landim Bruno, Alair Molina e Adonia Antunes Prado. Também colaboraram com o trabalho os assistentes de pesquisa Caroline Bordalo, Cláudia Alvarenga Prestes, José Evaristo Neto e Maria Nasaré Ferreira Pinto. A supervisão técnica foi realizada por Gelba Cavalcante de Cerqueira e Ricardo Rezende Figueira, por parte do GPTec/UFRJ e Andrea Bolzon e Luiz Machado, coordenadores do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT respectivamente entre 2007 e 2009 e de 2010 até a presente data. (Fonte: OIT)

GREVE DOS BANCÁRIOS: uma vitória conquistada pelas beiradas

Se a gente olhar apenas o reajuste de 9%, com aumento real de 1,5%, pode até chegar a pensar que a greve dos bancários, nos seus 21 dias, foi apenas parcialmente vitoriosa. Especialmente, se olharmos para o ganho real de 3,08% no ano passado.

Mas quando começamos a aprofundar nossa análise e verificar o resultado que cairá de fato no bolso dos bancários, podemos afirmar sem nos preocupar, que vencemos mais um jogo de forças que tinha de um lado os bancários e do outro lado os banqueiros, que se consideram no Brasil os senhores do Universo, mais toda a tecnocracia que ocupa cargos nos bancos oficiais e que, pela primeira vez, se alinhou com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Com os 9% chegamos ao oitavo ano consecutivo no qual a categoria arranca aumento real. Além disso, o índice recai sobre todas as verbas salariais, inclusive o vale-alimentação, tíquete-refeição e auxílio-creche/babá.

A regra básica da Participação nos Lucros e Resultados será de 90% do salário, mais valor fixo de R\$ 1.400, a mesma do ano passado. A parte fixa, que em 2010 foi de R\$ 1.100,80, será reajustada em 27,18%.

Serão distribuídos ainda, no mínimo, 5% do lucro líquido das empresas. Se isso não acontecer, os valores de PLR devem ser aumentados até chegar a 2,2 salários, com teto de R\$ 17.220,04.



Lourenço Prado, presidente da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito)

O teto do valor da PLR adicional – que distribui 2% do lucro líquido – passará de R\$ 2.400 para R\$ 2.800, o que significa aumento de 16,66% em relação ao que foi pago em 2010. Além disso, conseguimos registrar em acordo que a primeira parcela da PLR será paga em até dez dias após a assinatura do acordo.

Vencemos pelas beiradas, também, com a valorização do piso salarial. Arrancamos o reajuste de 12%, aumento real de 4,30%. Por exemplo, o piso do escriturário

passa de R\$ 1.250 para R\$ 1.400.

Cada uma destas vitórias foi conseguida com muita mobilização. Que começou com uma vitória expressiva nas negociações lideradas pela Contec com o BRB, o Banco de Brasília, que se antecipou à greve e cedeu um reajuste de 17,45% no piso com reflexos em vários ganhos dos seus trabalhadores.

Nos 21 dias de greve pudemos perceber a estratégia adotada pela primeira vez pela Fenaban, qual seja, de empurrar os correntistas populares, os aposentados e pensionistas para as casas lotéricas e correios.

Uma atitude que a Contec denuncia há anos que deixa clara a opção que os bancos brasileiros, inclusive os públicos, fazem pelos correntistas de alto poder aquisitivo.

A opinião pública percebeu, também, a indiferença com que o sistema bancário brasileiro trata seus funcionários e correntistas, apesar de serem os responsáveis pela distribuição de moeda e de crédito no País.

A unidade dos bancos, públicos e privados, contra os seus trabalhadores e correntistas, pois só assim se explica a indiferença por uma greve prolongada, mostra também que o cartel dos bancos brasileiros se consolida para muito além dos juros altíssimos que adotam, das tarifas abusivas e do desrespeito aos seus trabalhadores, responsáveis em última instância pela obtenção de lucros astronômicos.



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL